



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS CHAPECÓ/SC**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA**

**LAUREN PIETA CANAN**

**REPRESENTAÇÕES DO SOFRIMENTO SOCIAL:**  
**UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES RURAIS E O MOVIMENTO DE MULHERES**  
**CAMPONESAS**

**CHAPECÓ**

**2019**

**LAUREN PIETA CANAN**

**REPRESENTAÇÕES DO SOFRIMENTO SOCIAL:  
UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES RURAIS E O MOVIMENTO DE MULHERES  
CAMPONESAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para a obtenção do título de licenciado em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Valdete Boni

CHAPECÓ

2019

## Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Canan, Lauren Pieta

REPRESENTAÇÕES DO SOFRIMENTO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES RURAIS E O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS / Lauren Pieta Canan. -- 2019.  
78 f.

Orientadora: Doutora Valdete Boni.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências Sociais-Licenciatura, Chapecó, SC , 2019.

1. Sofrimento. 2. Sofrimento Social. 3. Mulheres Rurais. 4. Movimentos de Mulheres Camponesas. 5. Autonomia e Libertação das Mulheres. I. Boni, Valdete, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

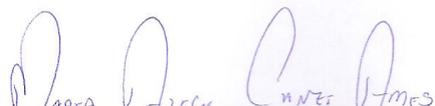
LAUREN PIETA CANAN

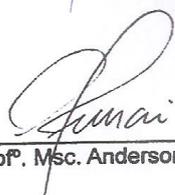
**REPRESENTAÇÕES DO SOFRIMENTO SOCIAL:  
UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES RURAIS E O MOVIMENTO DE MULHERES  
CAMPONESAS**

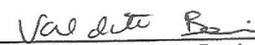
Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao curso de graduação em  
Ciências Sociais – Licenciatura da  
Universidade Federal da Fronteira Sul,  
como requisito para a obtenção do título de  
licenciado em Ciências Sociais.

Esse trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

03 / 07 / 2019

  
Profª. Dra. Maria Alice Canzi Ames – UFFS

  
Prof. Msc. Anderson Funai – UFFS

  
Profª Dra. Valdete Boni - UFFS

Dedico esse trabalho aos meus pais por sempre estarem ao meu lado. Ao Movimento de Mulheres Camponesas de Quilombo – Santa Catarina por me proporcionaram esse processo de construção pessoal e profissional em meio ao trabalho de campo. As mulheres que estão na ciência por sua determinação e lutas diárias. E a todas as pessoas que de alguma forma tem lutado em busca da justiça social e o reconhecimento das mulheres no mundo.

## **AGRADECIMENTOS**

Todo ciclo tem um fim para que um novo ciclo comece e diante da conclusão de mais um ciclo em minha vida, em primeiro lugar agradeço aos meus pais por estarem presente em todos os fins e início de novos ciclos. Vocês são as melhores pessoas que poderiam existir, obrigada por me ensinarem o significado da palavra amor, amo vocês. Agradeço também aos meus familiares e amigos (em especial ao Matheus, grande ombro amigo durante a graduação), que de alguma forma contribuíram para que essa caminhada na universidade pudesse acontecer da forma mais leve e feliz. E ao Augusto, que sempre me apoiou e vibrou por todas as minhas conquistas, seu apoio foi fundamental.

Em segundo lugar agradeço a um grande mestre que despertou meu interesse pelas ciências sociais ainda na escola e mesmo não estando mais aqui, essa vitória também é dele, Professor Pedro (Em memória). Agradeço também, aos professores que estiverem presentes nesse percurso da graduação, em especial a professora Maria Alice, que foi minha primeira orientadora, no PIBID. As professoras Jane Kelly e Graciela que me apresentaram a Iniciação Científica, posteriormente me acolhendo também na extensão universitária, vocês foram fundamentais para o meu desenvolvimento enquanto pesquisadora. Ao professor Claudedir meu orientador da Iniciação Científica e coordenador de Estágio, com que aprendi muito. Aos professores Adriana e Juvenal que me permitiram sentir o gosto da licenciatura em suas salas de aula. E principalmente a minha Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso Valdete, por assumir comigo esse desafio, ser um braço amigo e uma referência que levarei para vida, a você sou muito grata e dedico minha admiração.

Em terceiro lugar, agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul, por todas as oportunidades – por proporcionar uma formação integral pautada no ensino, pesquisa e extensão. Hoje finalizando essa caminhada, percebo minha transformação, concluo a graduação mais humana, com o pensamento crítico efetivo e a curiosidade científica aguçada. Os anos que passei na Universidade foram fundamentais e serão levados como aprendizado por toda a vida.

E por fim, agradeço principalmente ao Movimento de Mulheres Camponesas de Quilombo/SC, no qual realizei meu trabalho de campo. As companheiras Dona Justina e Dona Alzira que fizeram a minha ponte com as mulheres que seriam entrevistadas, disponibilizando do seu tempo e atenção. E as sete mulheres entrevistadas por disponibilizarem de seu tempo, permitirem com que eu entrasse em suas casas e por compartilharem suas histórias de vida e vivências no campo e no Movimento de Mulheres Camponesas.

## **Hino do Movimento de Mulheres Camponesas**

A nova constituição se apresentavam  
A ditadura ia ficando no passado  
Novas conquistas garantidas para os grandes  
E as camponesas outra vez postas de lá lado a  
lado.

*Ref:* Há muitos anos a batalha por direitos  
Uniu Maria, Carolinas e Terezas  
E fez surgir com a liberdade por bandeiras  
O movimento das mulheres camponesas.

Essas mulheres que lutavam por Justiça  
Pra que o Brasil tivesse olhos para o campo  
Pra que os pequenos não ficassem esquecidos  
Plantavam sonhos que não somem no relampo.

Ainda hoje brigam por melhores dias  
Pra quem trabalha e põe comida sobre a mesa  
Mostram no rosto o suor da dura lida  
Mulher guerreira mãe presente camponesa.

Sem desistir seguem na luta desigual,  
A Aracruz pelas estradas nas esquinas  
Poder plantar viver no campo e ter direito  
É o maior sonho dessas nossas heroínas.

(Antonio Korsack Filho e Paulo Missioneiro)

## RESUMO

As ciências sociais adentraram ao longo dos anos diversas áreas do conhecimento, como a saúde. Nesta, busca-se compreender como a vida em sociedade, a cultura e a historicidade interferem ou interagem com a saúde e o adoecimento, e no sofrimento do sujeito social. Desta forma, o presente trabalho trata-se de um estudo qualitativo exploratório e pretende, através de conceitos das ciências sociais construir um diálogo entre as teorias a cerca do sofrimento – com foco no sofrimento social. O estudo objetiva compreender o Sofrimento Social das Mulheres Rurais participantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do município de Quilombo/SC, e perceber como esse movimento tem auxiliado na ruptura do sofrimento e se construído como instrumento de luta na vida dessas mulheres. O MMC está há 35 anos envolto a lutas sociais e políticas, além de promover o cultivo e a utilização das plantas medicinais nos tratamentos de saúde. Sendo assim, através de pesquisas bibliográficas e trabalho de campo, há uma preocupação em compreender como as mulheres do Movimento enxergam o sofrimento, e se há a compreensão dentro de suas construções políticas que o sujeito que sofre é um sujeito social e que seu cotidiano interfere diretamente na saúde e no sofrimento. A escolha da amostra advém de altos índices de mulheres agricultoras em quadros de sofrimento. Segundo pesquisas, esse panorama está relacionado à rotina das agricultoras em situações de vulnerabilidades – pobreza, difícil acesso a educação, sobrecarga de trabalho, e violência. Por conseguinte, entende-se a necessidade de investigar se as ações do Movimento oportunizam a percepção do sofrimento, como também um sofrimento social.

## **ABSTRACT**

The social sciences have entered various areas of knowledge, such as health, over the years. In this, it is sought to understand how life in society, culture and historicity interfere or interact with health and illness. In this way, the present work deals with an exploratory qualitative study and intends, through social science concepts, to build a dialogue between the theories about suffering - focusing on social suffering. The objective of this study is to understand the Social Suffering of Rural Women participating in the Movement of Peasant Women (MMC) in the municipality of Quilombo / SC, and to understand how this movement has helped to break the suffering and built itself as an instrument of struggle in the lives of these women. The MMC has been involved in social and political struggles for 35 years, as well as promoting the cultivation and use of medicinal plants in health care. Thus, through bibliographical research and fieldwork, there is a concern to understand how the women of the Movement see suffering, and if there is understanding within their political constructions that the subject who suffers is a social subject and that their daily lives interfere directly into health and suffering. The choice of sample comes from high rates of women farmers in suffering. According to research, this scenario is related to the routine of women farmers in situations of vulnerability - poverty, difficult access to education, work overload, and violence. Therefore, it is understood the need to investigate whether the actions of the Movement provide the perception of suffering, as well as social suffering.

## LISTA DE SIGLAS

DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
SC	Santa Catarina
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Organização do Movimento de Mulheres Camponesas e atribuições.....	34
Quadro 2: Pautas e reivindicações do ao longo de sua história.....	37
Quadro 3: Características das entrevistadas no trabalho de campo.....	49

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2. O SOFRIMENTO.....</b>	<b>17</b>
2.1 O Sofrimento Psíquico ou Mental.....	19
<b>2.1 O Sofrimento Psíquico ou Mental.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1.1 Os Diagnósticos de transtornos mentais e a Medicalização.....</b>	<b>20</b>
2.2 Sofrimento Social.....	22
<b>2.2.1 O Sofrimento e adoecimento Social.....</b>	<b>23</b>
<b>3. AS MULHERES RURAIS.....</b>	<b>27</b>
3.1 MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS – MMA.....	30
3.2 O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC).....	33
<b>3.2.1 A Luta do MMC para com a Libertação das Mulheres.....</b>	<b>35</b>
<b>3.2.2 A Libertação das mulheres como ferramenta de saúde e mecanismo contra o Sofrimento.....</b>	<b>43</b>
<b>4. TRABALHO DE CAMPO.....</b>	<b>49</b>
4.1 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	51
<b>4.1.1 O significado de Sofrimento para as entrevistadas e suas percepções....</b>	<b>52</b>
<b>4.1.2 a vida no campo descrita pelas mulheres do MMC, e o Sofrimento.....</b>	<b>56</b>
<b>4.1.3 A participação no MMC e a busca pela libertação das mulheres.....</b>	<b>59</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>70</b>
<b>ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....</b>	<b>74</b>
<b>ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO.....</b>	<b>76</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As ciências sociais atualmente tem adentrado as mais diversas áreas do conhecimento, assim como se aprofundado em discussões de diferentes temáticas, como é o caso das ciências sociais em saúde. Em pleno século XXI as discussões em saúde tem se utilizado de teorias antropológicas e sociológicas para compreender como a vida em sociedade, a cultura e a historicidade interferem ou interagem com a saúde e o adoecimento (GRISOTTI, 2004). No entanto, o desenvolvimento dessa área (ciências sociais em saúde), aconteceu logo após o fim da segunda guerra mundial, quando ocorrem mudanças políticas, econômicos e educacionais, e a saúde toma forma como tema sociológicos (NUNES, 2006)

A configuração das ciências sociais em saúde expandiu as possibilidades de discussão e entendimento sobre: “o que é ter saúde ou o que é estar doente”, trazendo novas teorias e contrastando as dimensões socioculturais com a perspectiva de que tudo era biológico ou fisiológico (VIANNA; BARROS, 2002). Através dessa percepção pontos específicos se tornaram foco das produções e pesquisas da área, como por exemplo, o Sofrimento. O sofrimento configura-se segundo as ciências sociais como um sofrimento social, no qual sujeito tende a sofrer por questões de isolamento, insatisfações referentes a injustiça social, privações materiais e de renda e falta de liberdade de expressão, que se aliam com sentimento de culpa, ansiedade estresse e depressão (WERLANG; MENDES, 2013). Esse cenário capaz de fomentar o sofrimento social está em evidencia principalmente nas zonas rurais, perante as vulnerabilidades que englobam a vida no campo (DIMENSTEIN et al., 2017), e tem se tornado foco em discussões atuais, principalmente nos estudos referentes ao contexto das mulheres rurais.

Diante desta perspectiva, o presente estudo tem por objetivo compreender o Sofrimento Social das Mulheres Rurais participantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e perceber como esse movimento tem auxiliado na ruptura do sofrimento e se construído como instrumento de luta na vida dessas mulheres. O locus desta pesquisa são mulheres que participam do MMC, no município de Quilombo, localizado no Oeste Catarinense. O trabalho tem importância tanto academicamente, quanto socialmente – pois permite pensar nas ciências sociais como uma área ampla, capaz de discutir a saúde e adoecimento do sujeito em sofrimento, a partir da perspectiva de que esses fenômenos são duais, e dependem

uns dos outros para existirem, além de serem produtos de uma sociedade e de relações sociais estabelecidas (GRISOTTI, 2004). Efetivando assim, a compreensão de que o sujeito se constrói através sua interação e inserção na cultura e nas relações sociais que estabelece (VIANNA; BARROS, 2002). E essa interseção tende a criar estruturas socialmente aceitas que acabam por ocasionar o sofrer. Sofrer esse, que é discutido pelo sofrimento social (RENAULT, 2008) e tem por intuito compreender seu cerne, possibilitando pensar em estratégias, como é o caso do MMC, que contribuam para a ruptura desse sofrimento (PULGA, 2018), através de pautas como a Libertação das Mulheres, a luta por direitos e igualdade de gênero e a autonomia das mesmas, para enfrentar os contextos rurais (BONI, 2012). Partindo do entendimento sobre a sua importância, o estudo foi dividido em três pontos de discussões: a) Capítulo 2: O sofrimento; b) Capítulo 3: As mulheres Rurais; e c) Capítulo 4: Trabalho de Campo.

O Capítulo 2, tem por intuito discutir através de correntes teóricas o entendimento acerca do sofrimento atualmente. E busca dialogar principalmente entre o Sofrimento Social (objeto de estudo do trabalho) e o Sofrimento Mental (o sofrimento geralmente é associado a essa concepção), a fim de discutir o conceito de sofrimento, assim como indagar alguns questionamentos referente a forma em que o mesmo tem sido abordado e “tratado”. O sofrimento social aqui debatido é percebido como algo construído a partir estrutura social em que o sujeito está imerso. Capaz de gerar uma dor individual, mas essa construída por um Sofrimento coletivo (RENAULT, 2008). Nesta perspectiva, o Sofrimento atinge duas dimensões, as relações sociais (interligadas as dimensões coletivas), e as experiências íntimas ou vivências psíquicas dessas relações (dimensões individuais) (BOUYER, 2015). Evidenciando a necessidade de ações que atuem para além da medicalização, que acaba por quantificar a naturalizar o sofrer (GUARIDO, 2007). Ações essas, capazes de serem realizadas em diversos grupos sociais (PULGA, 2018), sejam eles grupos que discutem direta ou indiretamente a saúde ou qualidade de vida.

Seguindo a distribuição do estudo, o Capítulo 3, visa discutir as Mulheres Rurais, seu cotidiano e contexto social, baseado no entendimento que historicamente essas mulheres foram invisibilizadas e colocadas a margem da sociedade (SILIPRANDI, 2011). Além de que, compreende-se os territórios rurais, como espaços de grandes vulnerabilidades, marcados pelo difícil acesso aos serviços de saúde, limitadas relações sociais, presença de significativa violência

moral e doméstica, e contexto de opressão e exploração principalmente para as mulheres (DIMENSTEIN et al., 2017). As mulheres rurais em meio a essas circunstâncias, tem apresentado cada vez mais aspectos de sofrimento (PULGA; MEZADRI, 2018), o que torna necessário analisar o meio rural e a produção do sofrimento. E como Movimento de Mulheres Camponesas, tem atuado como ferramenta de ruptura a esse sofrimento, a fim de proporcionar a libertação e autonomia das mulheres (PAULILIO, 2016) (BONI, 2017).

O último capítulo tem por finalidade aproximar as correntes teóricas discutidas com a realidade das mulheres rurais e a atuação do MMC. Para o desenvolvimento do mesmo utilizamos de uma metodologia qualitativa, na qual a coleta de dados foi realizada por meio de observação participante e entrevistas semiestruturadas (MINAYO, 2009) com sete mulheres do meio rural e participantes do Movimento de Mulheres Camponesas de Quilombo/SC (a forma de tratamento, análise e captação de dados é destaca ao longo do capítulo 4). Ao decorrer do capítulo são discutidos: a) o conceito de sofrimento social; b) o sofrimento das mulheres rurais; c) o cotidiano da mulher no campo; d) a importância do MMC na vida dessas mulheres; e) como o MMC tem apresentado-se como ferramenta de ruptura desse sofrimento, em relação com os dados coletados nos procedimentos metodológicos.

Isto posto, ao longo do trabalho tentamos possibilitar a reflexão sobre o que é o Sofrimento, e como ele se constitui como sofrimento social. Além de questionar quem são as mulheres rurais, como elas tem se construído ao decorrer da história, porque se faz tão importante pensar em ferramentas capazes de romper com seus sofrimentos, e qual a importância do Movimento de Mulheres Camponesas em contextos rurais que estão envoltos a lógica do capital e ao sistema patriarcal.

## 2. O SOFRIMENTO

Atualmente tem crescido o número de trabalhos acerca da temática Sofrimento, mas o assunto não é novo e a muito tempo faz parte da vida do ser humano, assim como das mais diversas áreas do conhecimento. Segundo Ceres Victora (2011):

O Sofrimento, como um evento que acompanha o homem desde a sua mais remota existência, é um processo complexo e multifacetado que tem sido debatido nas diferentes áreas de conhecimento. Isso porque são enormes os desafios colocados individual ou coletivamente para o enfrentamento da dor e dos males que acometem o mundo das mais diversas maneiras, o que acaba desafiando também as fronteiras das próprias formas através das quais estamos acostumados a compreender e conceituar as perturbações (VICTORA, 2011, p.3).

A autora aponta que a tamanha importância dada a temática advém de múltiplas questões, sejam elas coletivas ou individuais que inter-relacionam-se com os males e as dores presente na atmosfera mundana. O Sofrimento apresenta tantas adversidades que é capaz de modificar a forma com que os indivíduos estão acostumados a compreender e conceituar distúrbios e disfunções. No entanto, segundo o autor RENAULT (2008, p.166):

O termo "Sofrimento" designa mais frequentemente um conjunto de problemas identificados pelos profissionais como psicológicos e descritos como um "Sofrimento psíquico" por duas razões principais: este termo abarca a irredutibilidade do distúrbio à patologia, reforçando sua profundidade. (RENAULT, 2008, p. 166)

Ao olhar o Sofrimento apenas de um ponto de vista como é assinalado por RENAULT (2008), faz-se quase que impossível assimilar o termo Sofrimento como um conceito e acontecimento complexo destacado por Ceres Victora (2011). Desta forma, é de extrema importância que saibamos quais são as discussões teóricas desse fenômeno e como ele tem sido abordado – nesse caso em especial optamos por analisar duas concepções de Sofrimento: o Sofrimento Mental (Sofrimento psíquico) e o Sofrimento Social. Para o Caderno de Atenção Básica – Saúde Mental, material que tem sido fornecido à atenção básica de saúde, o Sofrimento é apontado como:

Sofrimento não é o mesmo que dor, embora a dor possa levar a um Sofrimento, mas não é qualquer dor que nos faz sofrer. Da mesma forma, o Sofrimento não equivale a uma perda, embora as perdas possam, ocasionalmente, nos fazer sofrer [...] podemos entender o Sofrimento como essa vivência da ameaça de ruptura da unidade/identidade da pessoa (CADERNOS DA ATENÇÃO BÁSICA, 2013, p. 32)

Ou seja, a partir dessa perspectiva entende-se que o Sofrimento pode ser

compreendido como uma ameaça capaz de romper a identidade pessoal do indivíduo, manifestando-se tanto quanto Sofrimento Mental comum<sup>1</sup>, ou transtornos graves e persistentes. Essa ameaça a identidade pessoal acontece, pois o sujeito tem uma vida familiar, uma inserção cultural, uma construção política, uma vida de trabalho e diversos papéis sociais, e quando uma pessoa é privada de qualquer uma dessas relações tende a sofrer (CADERNOS DA ATENÇÃO BÁSICA, 2013, p.30).

No entanto, mesmo ao compreender o Sofrimento como algo que deriva da vida em sociedade, o material citado a cima, assinala que, ele está na maior parte das vezes relacionado a um Sofrimento individual, proveniente de questões específicas associadas a um indivíduo. (CADERNOS DA ATENÇÃO BÁSICA, 2013, p.91). Em contraponto a esta perspectiva apresenta-se o Sofrimento Social que nos aponta um outro panorama. Para as autoras Chiara Pussetti e Micol Brazzabeni:

O Sofrimento Social, nesta perspectiva, resulta de uma violência cometida pela própria estrutura social e não por um indivíduo ou grupo que dela faz parte: o conceito refere-se aos efeitos nocivos das relações desiguais de poder que caracterizam a organização social. Alude, ao mesmo tempo, a uma série de problemas individuais cuja origem e consequência têm as suas raízes nas fraturas devastantes que as forças sociais podem exercitar sobre a experiência humana. O mal-estar social deriva, portanto, daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como tais formas de poder podem influenciar as respostas aos problemas sociais. O Sofrimento social é o resultado, em outras palavras, da limitação da capacidade de ação dos sujeitos e é através da análise das biografias dos sujeitos que podemos compreender o impacto da violência estrutural no âmbito da experiência cotidiana (PUSSETTI; BRAZZABENI, 2011, p.469)

Em outras palavras o Sofrimento Social é percebido como algo que advém de uma estrutura social, relacionado a forma com que o poder age em meio aos indivíduos e a sociedade, ocasionando uma dor individual. Mas que é gerada por um Sofrimento coletivo, e carrega características de uma sociedade que sofre. Assim, essa perspectiva de Sofrimento atinge duas dimensões as relações sociais (interligadas as dimensões coletivas) e as experiências íntimas ou vivências psíquicas dessas relações (dimensões individuais) (BOUYER, 2015, p.112). O Sofrimento Social pretende “tratar” ou analisar de uma perspectiva coletiva o

---

<sup>1</sup>São considerados transtornos mentais comuns os transtornos somatoformes, de ansiedade e de depressão; seus sintomas são: insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas. Os transtornos mentais comuns são mais frequentes nas mulheres, nos mais velhos, nos negros e nos separados ou viúvos. Tem sido verificada também a associação dos transtornos mentais comuns com os eventos vitais produtores de estresse, com o baixo apoio social e com variáveis relativas às condições de vida e trabalho tais como baixa escolaridade, menor número de bens duráveis, condições precárias de moradia, baixa renda, desemprego e informalidade nas relações de trabalho. COSTA, Albanita Gomes da; LUDERMIR, Ana Bernarda. Transtornos mentais comuns e apoio social: estudo em comunidade rural da Zona da Mata de Pernambuco, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, p. 73-79, 2005.

problema, que vai além da medicalização, propõe a compreensão da estrutura social que inicialmente faz sofrer e posteriormente pode ser transformado em patologia.

As duas perspectivas de Sofrimento tendem cada vez mais a dialogar a partir do momento que compreende-se o indivíduo como produto da sociedade que vive e é reflexo da estrutura social em que está imerso. Quando tratado o Sofrimento também como um Sofrimento Social é possível construir um diálogo com a saúde pública, como aponta o pesquisador Bouyer (2015):

Verifica-se que o grau de alinhamento da abordagem do Sofrimento Social com a saúde pública: a) Insere-o num terreno epistemologicamente novo no campo da saúde pública. b) Dota-o de uma articulação inédita entre diagnóstico-etilogia-terapêutica. c) Redireciona o próprio conceito de Sofrimento para um campo de discussão médica, psicológica e sociológica. d) Desloca o eixo do sentido de referência à saúde do corpo individual para a "carne do social"(Krieger, 2012); e aí desprende a preocupação clínica com a patologia para as categorias que a precedem na trajetória de adoecimento: as patologias sociais, o Sofrimento Social e o Sofrimento psíquico (BOUYER, 2015, P.116)

Desta forma, torna-se viável compreender as dimensões sociais e psíquicas em torno de suas dinâmicas e observar as estruturas que constituem as vivências e experiências de condição de vida do ser humano (RENAULT, 2008, p. 137), de forma coletiva e individual, analisando o Sofrimento que posteriormente torna-se dor e é tratado como patologia. O diálogo entre os aspectos das discussões acerca do Sofrimento e do sofrer são fundamentais para a compreensão da dinâmica de funcionamento da sociedade e do sujeito social.

## 2.1 O Sofrimento Psíquico ou Mental

A saúde mental é um dos poucos campos da área da saúde tão virtuosos e opulentos, capaz de envolver diferentes perspectivas em uma única temática. Há quem diga que falar sobre isso não é apenas envolver a psicopatologia ou a semiologia, mas sim uma transversalidade de saberes, que oportunizam os diferentes olhares, e dificultam a delimitação de suas fronteiras (PAULA, 2008). No entanto, como em qualquer área de interesse e em evidência, a saúde mental, mesmo que possa ser debatida pela filosofia, sociologia, geografia e entre tantas áreas, ainda centraliza suas discussões na medicina e psicologia. Na maioria das vezes a perspectiva de Sofrimento, um dos vários pontos da temática e que tem-se

discutido neste trabalho, é percebido como um Sofrimento psíquico (mental), advindo na maioria das vezes de bases biológicas ou contabilizado através de diagnósticos psiquiátricos<sup>2</sup>, o que acaba por quantificar e naturalizar o sofrer (GUARIDO, 2007).

Ao buscarmos o entendimento sobre o que seria o Sofrimento mental ou psíquico, não nos cabe escolher a teoria que mais se adéqua a esse conceito, mas evidenciar como o Sofrimento mental tem sido abordado em sua magnitude, e como os profissionais da área da saúde e principalmente os indivíduos têm percebido o sofrer. É claro, por exemplo, que mesmo na perspectiva de um Sofrimento mental, entende-se que o Sofrimento vem antes da dor, e está envolto à inserção do indivíduo na sociedade e na construção da sua identidade e sujeito social (CADERNOS DA ATENÇÃO BÁSICA, 2013). Porém, mesmo ao defender essa perspectiva, o principal instrumento e tratamento tem sido a medicalização desse sujeito que vive em sociedade, e em algum momento tem sua identidade rompida. Constituindo assim a geração dos psicotrópicos, no qual à medicalização das emoções que se relacionam a condição de ser humano em um contexto de modernização (FERREIRA, 2014).

### **2.1.1 Os Diagnósticos de transtornos mentais e a Medicalização.**

Ao pensarmos na medicalização do Sofrimento, é preciso refletir sobre o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), um dos instrumentos mais conhecidos em relação aos diagnósticos de transtornos mentais e como este contribuiu com passar do tempo para a naturalização do Sofrimento, a individualização do sofrer e fomentou a geração da medicalização.

Não nos cabe aqui questionar sua eficácia ou não, principalmente pelo fato de não obtermos um estudo árduo e técnico de como esse manual foi construído e implementado. Mas é preciso construir um panorama de como o mesmo oportunizou de certa forma um ápice comercial na venda de medicamento e a popularização da catalogação de um conjunto de sintomas que ilustram um novo panorama para o tratamento de transtornos referentes ao mal-estar psíquico (FERREIRA, 2014, p.2).

<sup>2</sup>Em 1952 a primeira versão da série DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) produzida nos EUA, GUARIDO, Renata. A medicalização do Sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na Educação. **Educação e pesquisa**, v. 33, n. 1, p. 151-161, 2007.

Os DSM obteve sua primeira versão na década de 1950 nos Estados Unidos (GUARIDO, 2007, p. 153) e posteriormente foi atualizado para alcançar diagnósticos cada vez mais “precisos”, principalmente no campo da pesquisa psiquiátrica. O Manual pode ser definido segundo os pesquisadores Marina Rezende, Samira Pontes e Roberto Calazan (2015) como:

Dispositivo oficial de traçar os diagnósticos psiquiátricos nos Estados Unidos, sendo utilizado em grande escala no mundo e, tendo assim, grande influência sobre a Classificação Internacional de Transtornos Mentais da Organização Mundial de Saúde (OMS). Além de ser usado por profissionais da área clínica, o DSM visa a ser incorporado globalmente em outras áreas de atuação, tais como a jurídica, escolar e organizacional (REZENDE; PONTES; CALAZANS, 2015, p.535)

O dispositivo citado pelos autores têm sido muito discutido entre pesquisadores, e criticado por basear-se em manifestações externas evidentes nos transtornos psiquiátricos, desprezando o que pode ter ocasionado o referente quadro (DITTRICH, 1998, p.50). O Caderno de Atenção Básica, aponta que em muitos casos esse instrumento se mostra insuficiente diante das diversificadas frentes de influências – culturais, sociais, familiares e até mesmo do desenvolvimento infantil, que se mostram com hipóteses para os quadros clínicos (CADERNOS DA ATENÇÃO BÁSICA, 2013, p. 103).

Nos parece que o instrumento em questão assume o papel de enquadrar o Sofrimento do ser humano em uma de suas caixas, para que esse possa ser tratado e analisado em torno de sua individualidade. A solução na maioria das vezes vem revestida de medicalização da vida, que oportuniza um mercado grandioso para as indústrias farmacêuticas, visto que o medicamento vem junto com a denominação da doença e o discurso médico acerca da verdade sobre o Sofrimento psíquico e a sua natureza financiado por essa mesma indústria (GUARIDO, 2007, p.154).

A medicalização, mais do que o uso dos medicamentos, apoia-se segundo Aguiar (2004), na expansão do controle médico a outros campos, sejam eles ligados a ordem moral, espiritual, criminal. Ela envolve além da criação de categorias de diagnósticos que orientam a utilização de medicamentos, a intromissão de respostas biológicas ao contexto de vida do ser humano. Na qual, está “propõe eliminar totalmente o Sofrimento e vende a garantia de um pretense bem-estar” (REZENDE; PONTES; CALAZANS, 2015, p.543).

Neste panorama, o sofrer ao mesmo tempo que rompe com inúmeros estigmas e ganha espaços nas discussões de forma mais “leve” é cada vez mais

individualizado, em um contexto onde é permitido falar sobre saúde mental, mas o seu Sofrimento deve ser silenciado. Ferreira (2014), destaca que:

reconhecer o seu Sofrimento, ou seja, dar-lhe proporção e sentido popularização das novas terapias de base química dissemina-se uma percepção de que não precisamos dar significado ao nosso Sofrimento, mas silenciá-lo radicalmente. A consequência mais radical da privatização do Sofrimento é o seu emudecimento, sua transformação bioquímico em um conjunto de sintomas que podem ser objeto de tratamento (FERREIRA, 2014, p.02).

Ao fazermos essa leitura do Sofrimento, dos diagnósticos e da medicalização, não temos por intuito generalizar os profissionais da área da saúde, e nem ao mesmo apontar um único caminho correto na discussão da temática. Mas ilustrar a percepção deste é cenário que constrói-se atualmente, no qual cada vez mais estamos silenciando o sofrer, a fim de enquadrá-lo em diagnóstico puramente biológico, que afasta do Sofrimento o ser humano como sujeito social. Desta forma, como destaca o próprio Caderno de Atenção Básica (2013), já citado acima, se faz necessário compreender que o sofrer é fruto das relações estabelecidas pelo indivíduo perante a estrutura social e o papel social no mesmo na vida em sociedade.

## 2.2 Sofrimento Social

Estudar, questionar ou buscar compreender o Sofrimento, não é uma nova “onda” na sociedade, no entanto nos últimos anos a discussão em torno do tema tem-se intensificado “todavia, ganha contornos diversos conforme avança o tempo. A dificuldade maior consiste na sua definição, uma vez que o Sofrimento aparece de distintas formas” (WERLANG; MENDES, 2013, p. 744). Diante destas dificuldades, áreas distintas como a das ciências sociais, em especial a sociologia, têm caminhado ao encontro de respostas para o Sofrimento, denominado nessa perspectiva de Sofrimento Social e preocupa-se em compreender o efeito que a sociedade tem causado aos indivíduos. Bourdieu (2008), nos aponta que:

Levar à consciência os mecanismos que tomam a vida dolorosa, inviável até, não é neutralizá-las; explicar as contradições não é resolvê-las. Mas, por mais cético que se possa ser sobre a eficácia social da mensagem sociológica, não se pode anular o efeito que ela pode exercer ao permitir aos que sofrem que descubram a possibilidade de atribuir seu Sofrimento a causas sociais e assim se sentirem desculpados; e fazendo conhecer amplamente a origem social, coletivamente oculta, da infelicidade sob todas as suas formas, inclusive as mais íntimas e as mais secretas (BOURDIEU, 2008, p.735)

Em outras palavras o autor proporciona uma reflexão diante do papel da sociologia na busca por resposta ao sofrer, e afirma que esta tem-se mostrado eficaz quando procura atribuir causas sociais ao Sofrimento dos indivíduos, assim como constrói perspectivas e mecanicismo que questionam a ordem social e não a neutralizam. Desta forma, partindo desta mesma perspectiva, As autoras Rosângela Werlang e Jussara Mendes, trazem o seguinte apontamento (2013):

Sofrimento Social não é apenas “um Sofrimento”, mas um Sofrimento que se instala/esconde nas zonas de precariedade, nas zonas sociais de fragilidade e cuja ação implica na perda ou possibilidade de perda dos objetos sociais: saúde, trabalho, desejos, sonhos, vínculos sociais, ou seja, o todo da vida composto pelo concreto e pelo subjetivo que permite viver a cada dia, a vida psíquica, a vida interior composta pela subjetividade (WERLANG; MENDES, 2013, p.

O Sofrimento aluído nesta perspectiva reforça o que Renault (2008), discorre em seu estudo, ao afirmar que Sofrimento tende a apresentar-se diante de um contexto social, e constituir-se das relações que se estabelecem através de mecanismos ideológicos e sufocam o indivíduo em meio a dominação: política, social e econômica. Trata-se de um Sofrimento intrínseco que relaciona-se às condições e configurações históricas e sociais específicas, tornando indispensável “observar como os poderes políticos, econômicos e institucionais se entrelaçam na experiência pessoal e cotidiana e como as pessoas reagem aos eventos do dia a dia” (VICTORA, 2011, p.03).

Deste modo, entende-se que o social adocece antes dos indivíduos, e que a uma linha que tange o processo de sofrer que levará ao adoecer. No qual, torna-se preciso compreender não só o corpo que adocece, mas a ordem social e as fendas abertas do capital sobre o corpo social (BOUYER, 2015, p.109), ou seja, sobre o sujeito social. Por conseguinte Bouyer (2015,p.109), sugere que a mudança e transformação desse contexto social quando: “a clínica deixa o consultório e vai para o coletivo da empresa e dos processos de produção e trabalho contemporâneos, com seus termos e linguagem específicos”. Construindo assim, uma ponte de diálogo com o cotidiano dos sujeitos, e busca compreender dentro da estrutura que os envolvem, as causas e conflitos que tornam-se sofrer.

### **2.2.1 O Sofrimento e adoecimento Social**

Muito tem-se ouvido a respeito da expressão a “sociedade está doente”, mas

de fato o que está implícito ou explícito nesta locução? Dizer que a sociedade está doente, ou que há um adoecimento social, implica em dizer que diariamente são produzidos problemas e constrangimentos capazes de agredir o sujeito em seu complexo corpo/mente, produzindo a escassez de recursos para a resistência e luta contra o capital flexível que torna o sujeito um produto de metas e objetivos esperados pela sociedade (BOUYER, 2015, p.110). Bourdieu (2008), afirma que:

É no interior de cada um dos grupos permanentes (vizinhos de bairro ou de prédio, colegas de escritório, etc.), horizonte vivido de todas as experiências, que são percebidas e vividas, com todos os erros (principalmente de perspectiva), resultando do efeito da tela as oposições, em matéria de estilo de vida, sobretudo, que separam classes, etnias ou gerações diferentes. (BOURDIEU, 2008, p.12)

São nesses mesmos grupos, citados por Bourdieu (2008), que procura-se produzir e reproduzir aquilo que é socialmente aceito dentro de uma dinâmica social. Ao ir em busca desta normalidade é que se expõe os inúmeros Sofrimentos contemporâneos. Pois os indivíduos cada vez mais tentam se encontrar em um contexto onde são capazes de transparecer aquilo que lhes é solicitado, e objetivados através de choques de interesses e estilos de vida. Vivenciando assim, uma realidade social complexa que gera situações de vulnerabilidade a aqueles que não seguem ou desconhecem as regras de seu funcionamento (WERLANG; MENDES, 2013, p.747).

A normalidade esperada pela sociedade está ligada a manutenção de objetos sociais, esses capazes de “proporcionar segurança” e um status social. Estes objetos seriam responsáveis por criarem relacionamentos com membros dos grupos sociais que o indivíduo participa e também de reafirmar a sua existência como parte do grupo. Nesta perspectiva, quando perde-se esses objetos há também a perda de capacidade de relacionar-se, originando um processo de exclusão (WERLANG; MENDES, 2013, p 755). Essa exclusão é também retratada por Goffman (2004), através dos estigmas. Segundo este autor, os estigmas se constroem mediante ao fato de que a sociedade determina meios de categorização referente aos indivíduos e seus atributos, elencando estes como comuns e naturais. Quando um sujeito não contempla os atributos socialmente aceitos – é percebido como estranho, como alguém que não se enquadra nas características de sua categoria, e logo é estigmatizado (GOFFMAN, 2004, p.5-6,).

Desta forma tanto os estigmatizados, quanto os que sofrem perdas dos objetos sociais tende a ser parte da parcela excluída da sociedade, processo que

ocorre com sujeitos em Sofrimento (VIANNA; BARROS, 2002, p.88). O adoecimento social e o Sofrimento Social estão diretamente associados às construções e mecanismos sociais construídos ao decorrer dos anos. Ambos acompanham as “mudanças” sociais, e se alimentam dos padrões e das estruturas socialmente impostas, diante daquilo que é aceito na vida em sociedade. Estruturas estas que geralmente trazem consigo o cenário contemporâneo, que se fundamenta “por termos tais como penosidade psíquica do trabalho; esgotamento emocional; violência simbólica; assédio moral; humilhação; opressão; repressão; conflito; luta; degradação das condições materiais, sociais, humanas e existenciais no trabalho” (BOUYER, 2015, p.113).

Ao pensarmos nesse cenário contemporâneo e as mudanças que tem trazido ao Sofrimento Social, novas discussões, encontram-se novos objetos de pesquisa. O Sofrimento Social que antes era tema estudado principalmente dentro de grandes indústrias diante da exploração do trabalho e dominação social como podemos observar quando analisamos as pesquisas de autores já citados aqui como: Bouyer (2015), Werlang e Mendes (2013) - autores brasileiros e Renault (2008) - um dos autores mais conhecidos que trabalha a temática. Atualmente tem aproximado-se de novos contextos.

Essa nova perspectiva desperta o olhar de novas pesquisas em outros grupos sociais, associados a “populações socialmente excluídas vítimas de violência, seja esta originada no Estado ou mesmo na família, com atenção especial para sua repercussão nos lugares sociais e nos corpos desses grupos” (CARVALHO, 2008, p.10). Como o caso da presente pesquisa, que tem por interesse-se compreender o Sofrimento na realidade das mulheres do campo e como estas tem se fortalecido para romper uma trajetória histórica relacionada a dominação do patriarcado, a violência de gênero e ao julgamento diante da divisão e peso de cada trabalho realizado no campo. Como afirma a professora e pesquisadora Valdete Boni (2017), a divisão das atividades na zona rural em meados da década 1980, e arrisco dizer que em muitos casos ainda hoje tinha a seguinte deliberação:

ele (o homem) tem a função de manter relacionamento com as instâncias que vão além da propriedade, como banco, cooperativas, os partidos políticos, os sindicatos, os técnicos entre outros. Enquanto à mulher são atribuídos papéis ligados à esfera de reprodução e dos cuidados, seja com a família, seja com o que necessite desse tipo de atenção na propriedade. A ela cabe o cuidado com as crianças e os idosos, com a organização da casa e também o cuidado com os pequenos animais e lavouras para o uso doméstico, como hortas. (BONI, 2017, p.92)

Por conseguinte a perspectiva apontada pela autora nos impulsiona a pesquisa do Sofrimento Social em relação às mulheres do campo e fortalece o anseio de compreender o cenário existente em meio ao número significativo de pesquisas que apontam a grande quantidade de mulheres da zona rural que fazem uso de medicação relacionado aos transtornos mentais comuns, ou tem queixas compreendidas como Sofrimento. Como destaca Dimenstein et al. (2017), as zonas rurais apresentam dados importantes e que causam preocupação, estes estão relacionadas principalmente com a educação, alimentação, convívio social, violência e falta de acesso à saúde. Dados esses que estão diretamente associados ao Sofrimento Social decorrentes de estruturas estruturadas<sup>3</sup> da sociedade em que vivem essas mulheres do campo.

---

<sup>3</sup>Estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas” sem que por isso sejam o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha a necessidade de projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro. *BOURDIEU, P. **Equisse d’une théorie de la pratique**. Genève: Liv. Droz, 1972.*

### 3. AS MULHERES RURAIS

A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, da mídia, do trabalho, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura dos seus amores e dos seus sentimentos (DEL PRIORE, 2006, p.7)

Ao iniciar o capítulo com a colocação da autora Mary Del Priore, no livro *“História das Mulheres”* (2006), se faz necessário destacar que falar sobre as mulheres, sejam elas brasileiras, americanas, portuguesas, africanas e tantas outras mulheres. Requer pluralidade, requer levar em conta suas historicidades, suas culturas e seus contextos e principalmente o tempo e espaço, no qual, essas viveram (DEL PRIORE, 2006). Quanto mais se estuda e se escreve sobre as mulheres, há uma série de informações que nos são apresentadas. Mas algo, na maior parte das histórias, que ora se cruzam, ora de afastam é igual – a mulher, o gênero feminino é marcado pelo patriarcado<sup>4</sup> presente nas sociedades ocidentais, sistema esse que historicamente coloca as mulheres a margem da sociedade (ZANELLO; COSTA e SILVA, 2012, p.268). Desta forma, nas mais diversas vertentes de análises que levam em conta as relações de gênero há uma preocupação de proporcionar um lugar de fala às mulheres e questionar as histórias que nos são contadas.

Neste contexto, é de extrema importância que olhemos, por exemplo, para as mulheres rurais, seus Sofrimentos e lutas sociopolíticas, que é o tema desta pesquisa. Ao estudarmos sobre as mulheres do campo, é preciso ter claro que há uma significativa diferença entre o dia a dia das mulheres de zonas urbanas e rurais. Mesmo que exista uma estrutura social que vem por décadas reproduzindo a opressão do patriarcado e a exploração do sistema capitalista (QUEIROZ; DINIZ, 2014, p.103), cada território, cada lugar é capaz de “ilustrar” e produzir a rotina de sua população. A pesquisadora Vanderléia Pulga (2018), nos traz a seguinte afirmação:

O contexto cotidiano das mulheres do campo e da floresta é marcado pela sobrecarga de trabalho, exploração, opressão, discriminação e violência doméstica. Esta realidade traduz as múltiplas faces da violência como fenômeno presente no território vivo do campo e da floresta, que opera no contexto de suas vidas e se materializa no seu corpo em Sofrimento. (PULGA, 2018, p.28).

<sup>4</sup>“o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico” SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. Editora Moderna, p.50,1987.

A mulher do campo, traz consigo uma história de invisibilidade, de Sofrimento e marginalização, mesmo com papel importante na produção e execução do trabalho rural ela ainda hoje é percebida direta ou indiretamente pela estrutura social vigente como alguém que ajuda, arrisco a dizer ainda como uma coadjuvante, que está em cena, mas o papel principal é do homem. Emma Siliprandi (2011), pondera que:

As mulheres agricultoras ainda são invisibilizadas como trabalhadoras e como cidadãs. Seu trabalho é considerado apenas uma ajuda dentro da família, enquanto o homem é considerado como o verdadeiro produtor rural; seus conhecimentos e experiências são menosprezados; a representação pública da família é outorgada ao homem, permanecendo as mulheres restritas ao mundo doméstico (SILIPRANDI, 2011, p.175-176)

Isso se dá, não por escolha das mulheres rurais, mas por uma construção histórica, no qual as mulheres rurais foram educadas a acatar o que pelos homens era decidido, ou a não se contrapor mesmo que não acreditassem naquilo que seus pais, maridos, irmão e até homens estranhos acreditavam que era o correto (BONI, 2017, p.95). Cenário que reflete o pouco poder de decisão nos setores produtivos e de comercialização de suas propriedades rurais, mesmo que como já dito contribuem com sua força de trabalho na lavoura ou como alguma chamam roça, além de serem mantenedoras das atividades relacionadas a família (SILIPRANDI, 2011, p.176).

Trabalho esse definido nos estudos da pesquisadora Maria Ignez Paulilo (1987), como: “*trabalho leve*”: Segundo ela, mulheres e crianças que ocupam posição inferior aos homens dentro da estrutura familiar, são efetivados como aqueles que realizam trabalhos leves:

Como se vê, “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças [...] Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar [...] trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar (PAULILO, 1987, p.70).

A autora mostra como o trabalho e o próprio dia a dia da mulher do campo é percebido. Mas o Sofrimento das mulheres rurais não é apenas relacionado ao trabalho em si, está presente na luta pela autonomia das mulheres, pois várias são as circunstâncias que as marginalizam. A desigualdade de gênero efetivada principalmente nas mulheres rurais abarca diversas consequências quando se refere

aos seus Sofrimentos e saúde (PULGA; MEZADRI, 2018, p. 13). Uma delas é a dominação de gênero sofrida pelas mulheres rurais, em maior parte nas relações conjugais e na busca pela manutenção da relação a fim de manter a figura histórica de mulher ideal, capaz de preservar uma família (COSTA; LOPES; SOARES, 2014, p. 219).

O Sofrimento das mulheres rurais está sim relacionado a questões mentais, mas também ao Sofrimento do corpo pela exaustiva jornada de trabalho, em atividades diárias diante da exposição ao sol e ao uso de agrotóxicos fomentado pelo agronegócio, acarretando em doenças físicas, a falta de saneamento básico e a dificuldade de acesso à saúde (PULGA, 2018 p. 24-25). O Sofrimento Social da mulher do campo é uma junção dos inúmeros fatores social, políticos e culturais vigentes relacionadas a “certas dimensões do Sofrimento Social (humilhação, vergonha, falta de reconhecimento) vivido por categorias subalternizadas e aos efeitos produzidos na dimensão comunitária, social e grupal” (CARRETEIRO, 2003, p.59 – 60).

Esse Sofrimento Social, não pode ser medicado ou resolvido na medicina ou na psicologia, porque diz respeito a uma sociedade que sofre, “não somente porque é gerado por condições sociais, mas porque é, como um todo, um processo social corporificado nos sujeitos históricos.” (VICTORA, 2011, p.4). Diante da historicidade das mulheres que vivem em zonas rurais e a inquietação por perceber esses Sofrimentos vinculados a questões trabalhistas, relações de gênero e invisibilidade, se consolida ainda na década de 1980 o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA/SC) (PAULILO, 2003, p.18), que posteriormente se desdobraria em outros movimentos. Caso, por exemplo, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que se constitui na “luta por questões específicas para as mulheres rurais como saúde, educação, previdência. Mas também tem como bandeira a luta anticapitalista, a defesa do meio ambiente, a soberania alimentar” (BONI, 2012, p.70).

A fundação do MMA e posteriormente do MMC apresenta avanços significativo na luta das mulheres rurais a todos os aspectos vistos até este momento. Desta forma, a seguir poderemos acompanhar a consolidação desses dois movimentos, suas transformações e pautas que foram debatidas e reivindicadas ao decorrer da história, além de contextualizar como um movimento político é capaz de dialogar com o Sofrimento, e possibilitar um espaço de

desconstrução e libertação das amarras sociais das mulheres que ali participam.

### 3.1 MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS – MMA

Os movimentos sociais são importantes mecanismos que modificam a realidade social por meio de reivindicações (AYALA, 1994, p.33). Essas reivindicações acontecem na maioria das vezes por meio de confrontos políticos, mas podem também ser percebidos como conflitos sociais que ocorrem quando cidadãos comuns aliam-se a cidadãos mais influentes para construir frentes perante a elite, opositores e autoridades. Os confrontos atuam mediante a atores sociais que agem através de interações apoiadas por densas redes e símbolos culturais orientados para a ação (TARROW, 2009, p.19). Essa ação é conhecida pelos movimentos sociais contemporâneos como ação coletiva, estas desempenhadas por orientações intencionais guiadas por um campo de oportunidades e restrições mediadas por atores individuais e suas estratégias (MELUCCI, 2001).

Os atores participantes das ações coletivas não são apenas motivados por orientações econômicas ou calculam custos e benefícios da ação, mas estão também agindo em busca de solidariedade e identidade, propósitos esses que não podem ser calculados ou mensurados (MELUCCI, 1989, p.54). Desta forma, os movimentos sociais e suas ações coletivas buscam construir uma identidade que lhe possibilita atuar sobre a sociedade e si mesmos através de práticas, normas sociais e valores que constroem um sistema (MIRANDA; FUZIA, 2017, p.125). As ações coletivas e os movimentos sociais devem ser compreendidos por meio das estruturas sociais em que os atores sociais estão inseridos e os movimentos se manifestam, pois os mesmos se configuram a fim de modificar intervir ou mostrar descontentamento com o sistema vigente (TOURAINE, 1976).

Partindo dessa perspectiva, vários são os movimentos sociais efetivados na sociedade durante os anos. Como é o caso dos Movimentos Sociais Rurais no Brasil, que iniciam suas reivindicações e a busca pela transformação do sistema com a 'Liga Camponesa' entre o fim da década de 1950 e início da década de 1960 (CASAGRANDE, 1991). Essa era formada por pequenos proprietários, arrendatários e trabalhadores do campo – atores sociais – que lutavam para a construção de uma sindicalização rural e formavam oposição aos usineiros que vinham se apropriando

das terras de pequenos proprietários (NEVES, 2005). No entanto, em meados dos anos 1960 até final da década de 1970 esses movimentos rurais acabaram por cair na clandestinidade (devido às consequências do golpe de 1964), voltando a se proliferar apenas na década de 1980 apoiados pela igreja católica e por partidos de esquerda – principalmente pelo Partido dos Trabalhadores (MIRANDA; FUZIA, 2017, p.125).

O “retorno” dos movimentos sociais na década de 1980 traz consigo novos atores e grupos sociais em busca da transformação da estrutura social da época. Exemplo disso, é Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA, “que eclode em 25 de julho de 1981, no distrito de Itaberaba, município de Chapecó, oeste de Santa Catarina” com grande influência da Igreja Católica progressista, já que no meio rural era uma das poucas, se não a única a instituição que permitia a participação ativa feminina na época, e oportunizava um espaço de fazer para as mulheres (PAULILO, 2003, p.17-18) e posteriormente se expande para diversos lugares do Brasil já nesta década, como afirma Valdete Boni (2012):

É na década de 1980 que surgem e se consolidam organizações de mulheres rurais em diversos estados. No estado de Santa Catarina, surge o Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA, um dos mais atuantes entre os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. O MMA teve apoio da Corrente Progressista da Igreja Católica, que defendia a Teologia da Libertação (BONI, 2012, p,14).

Mesmo com a influência da Igreja Católica progressista, o MMA sempre buscou lutar por pautas que estivessem imersas as suas lutas e indagações refletidas no cotidiano da mulher do campo. Suas primeiras reivindicações estavam relacionadas principalmente a questões trabalhistas a fim de afirmar e reconhecer a mulher como agricultora e sujeito de direitos sociais, previdenciários e sindicais (SALVARO; DE SOUZA LAGO; WOLFF, 2013, p.81). As primeiras aparições desse movimento em lutas públicas e eventos ocorre ainda na mesma década “em um processo de mobilização dos movimentos de mulheres para influenciar a Assembleia Nacional Constituinte, fazendo marchas à capital federal (Brasília) e abaixo-assinados (um deles com 100.000 assinaturas)” (SILIPRANDI, 2011, p.171).

Um dos primeiros marcos das mulheres deste movimento foi a luta pela renovação dos sindicatos e a sindicalização das mulheres agricultoras, uma vez que estas eram apenas consideradas esposas dos agricultores. Após se organizarem e conquistarem a direção do sindicato dos Trabalhadores Rurais em Chapecó, realizaram uma campanha para incentivar as mulheres a emitirem seus documentos

como: identidade, título de eleitor, CPF e exigir que seu constasse no bloco de produtor para a garantia da sua aposentadoria (BONI, 2017, p.90). A realidade das mulheres agricultoras até a década de 1980 era de invisibilidade de submissão. Segundo Sonia Schwendler (2009):

Até os anos 80, a mulher trabalhadora do campo era vista como “do lar”, não era reconhecida como trabalhadora rural, não tinha direito à aposentadoria e ao salário-maternidade, não era sindicalizada e seu nome não constava no bloco de produtor (SCHWENDLER, 2009, p.209).

Passada a década de 1980, na qual a luta do movimento era o reconhecimento da mulher agricultora como trabalhadora rural, em 1990 as lutas tomam outras dimensões além do cunho classista e trabalhista. O marco na transformação de suas lutas foi a 4ª Assembleia Estadual do MMA, em Chapecó – SC, na qual entram também nas discussões do movimento as questões de gênero (CASAGRANDE, 1991, p. 43 – 44). “O movimento começa a partir daí questionar a participação das mulheres na sociedade as relações desiguais no que diz respeito ao acesso ao crédito e também a participação política” (BONI, 2017, p. 92).

A 4ª assembleia norteou as linhas de atuação do MMA, na qual destacou quatro vertentes ou eixos de lutas e formação para as mulheres que participavam do movimento, sendo alguns deles: a) democracia – movimento era considerado democrático, já que as mulheres conseguiam expressar suas opiniões e serem ouvidas pelas outras participantes, a fim de criar-se um espaço de discussões; b) formação de militantes e organização – diz respeito ao processo de formação baseada na realidade do campo e das mulheres agricultoras a fim da construção de um pensamento crítico e ações de lutas; c) divulgação do movimento – enquadraram-se nessa vertente, ações como a de divulgação das atividades para envolver mais mulheres, assim como a informação do que estava sendo realizado pelo movimento; e d) dificuldades enfrentadas pelo movimento – elencar quais eram as principais dificuldades do movimento, assim como evidenciar a luta contra o machismo, considerado por elas o principal desafio. (CASAGRANDE, 1991) e (BONI, 2017).

Partindo desses eixos e outros que constam em documentos e bibliografia de autoras e autores que escrevem sobre o movimento, o MMA foi constituindo-se como uma organização importante para as mulheres. Na qual as mesmas encontravam pessoas que compartilhavam de trajetórias parecidas e tinham o desejo de justiça social. Ao passar dos anos, chegando ao ano 2000, novas mudanças ocorreram, e a decisão pela criação de um movimento de mulheres rurais

unificado consolidou-se no atual Movimento de Mulheres Camponesas (SALVARO; DE SOUZA LAGO; WOLFF, 2013, p.79). O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) - foi criado apenas em 2004, mas a sua história é anterior. Mesmo que sua criação advenha de uma junção de vários movimentos sociais de mulheres, “sem dúvida, o Movimento de Mulheres Agricultoras de SC – MMA e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul – MMTR/RS, que lideraram essa articulação” (BONI, 2012, p.29).

Esta breve descrição da trajetória do MMA nos possibilita visualizar a consolidação dessa organização de mulheres agricultoras como movimento social, assim de forma geral ilustram o início de suas lutas contra a desigualdade produzida pelo capitalismo e opressão constituída pelo patriarcado. Desta forma, ao contextualizarmos o MMC e sua história, fica claro como se deu a criação de um movimento unifica que abarque todas as mulheres do campo, e como essas se fortaleceram para a conquista de seus direitos, que antes eram inexistentes.

### 3.2 O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC)

A realidade da mulher do campo tem sido estudada com mais frequência com a chegada do século XXI, além dos estudos acerca da temática, uma articulação dos movimentos em defesa e luta por direitos que consolida-se ainda na década de 1980 e continua a se proliferar os dias de hoje. Segundo Vanderleia Daron (2009):

As principais questões que historicamente vêm mobilizando as mulheres camponesas do Brasil dizem respeito à luta por direitos, valorização das mulheres, em defesa da vida e de uma sociedade justa, com novas relações entre os seres humanos e destes com a biodiversidade. A luta pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e, com isso, dos direitos previdenciários demarcou a construção do Movimento. Aliado a isso, a luta pelo direito à saúde é um marco fundamental do processo de luta, resistência e dinamismo do trabalho de base das mulheres camponesas (DARON, 2009,p.389)

Um dos movimentos que mais tem se intensificado nessa luta, é o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, que consolidou-se no ano de 2004, mas advém da luta do Movimento de Mulheres Agricultoras que surge no início da década de 1980, em Nova Itaberaba, na época distrito da cidade de Chapecó/SC (SALVARO; DE SOUZA LAGO; WOLFF, 2013, p.80). O movimento, segundo seu site, tem como bandeira de lutas as seguintes direções: projeto popular da agricultura camponesa;

ampliação dos direitos sociais; projeto popular para o Brasil; e participação política da mulher na sociedade (MMC Brasil, 2019).

Envolto a várias questões e os diferentes tipos de mulheres das zonas rurais, a escolha pelo nome do movimento deriva do seguinte entendimento: “Uma das justificativas do MMC diz a escolha se deu pelo fato de que o termo camponês englobaria as diferentes atividades exercidas no campo, seja ela das agricultoras, das assalariadas rurais, pescadoras ou extrativistas” (BONI, 2017, p.103) Ainda segundo esta autora, a relação do termo camponês no nome do movimento pode estar ligado ao trabalho familiar e a produção de alimentos e a incorporação do movimento a Via Campesina. Afirmado também que esse termo sempre esteve presente no Brasil e assumiu uma conotação mais política do que acadêmica.

O MMC, que atualmente está em diversos lugares de nosso país, articula sua organização da seguinte maneira segundo os dados retirados de seu site:

#### **Quadro 1: Organização do Movimento de Mulheres Camponesas e suas atribuições**

<b>ORGANIZAÇÃO DO MMC</b>	<b>ATRIBUIÇÕES A CADA SEGMENTO DO MMC</b>
Grupo de base	É o espaço de formação, organização e preparação para as lutas que garantirão os direitos das mulheres possibilitando o exercício da libertação. Será coordenado por duas dirigentes do grupo.
Direções municipais	Tem a responsabilidade de articular e coordenar as atividades do MMC no seu município e fazer a relação com as demais instâncias do MMC. Será composta por uma dirigente de cada grupo de base.
Direções regionais	Tem a responsabilidade de articular e coordenar as atividades do MMC nas Regionais dos Estados. Compõem a direção regional duas dirigentes de cada município.
Direções estaduais	Tem a responsabilidade de articular e coordenar as atividades do MMC no Estado. Será composta por duas dirigentes de cada regional.
Coordenação nacional	Responsável por dar as linhas políticas ao MMC nacional, articular e coordenar as atividades e fazer a relação garantindo os encaminhamentos com seus Estados. Será composta por duas companheiras de cada Estado.
Coordenação nacional	Responsável por dar as linhas políticas ao MMC nacional, articular e coordenar as atividades e fazer a relação garantindo os encaminhamentos com seus Estados. Será composta por duas companheiras de cada Estado.

Direção executiva	Implementa e viabiliza as decisões da Coordenação Nacional. Será composta por 10 pessoas da coordenação nacional e reunirá as coordenadoras das equipes de trabalho.
-------------------	--

Fonte do quadro: Elaborada pela autora – referência site do MMC: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/46> >

Essa organização nas mais diversas instâncias reflete principalmente os alguns dos eixos herdados da 4ª Assembleia do Movimento de Mulheres Agricultoras já citado anteriormente. A preocupação de contemplar através de sua organização todas as mulheres, promover a formação crítica e a libertação feminina caracteriza as lutas do movimento. Esse processo de formação vêm constituído de temáticas bastantes discutidas pelas mulheres e tem por objetivo orientar uma confrontação autorreflexiva diante de sua condição como mulher, relacionada a opressão e desfavorecimento em razão de seu gênero, nas relações sociais estabelecidas diariamente. (LASSAK, 2012, p.91). O MMC “luta por questões específicas para as mulheres rurais como saúde, educação, previdência. Mas também tem como bandeira a luta anticapitalista, a defesa do meio ambiente, a soberania alimentar” (BONI, 2012, p.71)

Analisando mesmo que de forma breve a história do Movimento de Mulheres Camponesas, fica claro a importância do papel desempenhado por essas mulheres desde seu início até a atualidade. Desta forma levando em conta a temática deste estudo – o Sofrimento, a seguir analisaremos algumas das pautas defendidas pelo movimento, a fim de construir um diálogo entre os assuntos debatidos, o Sofrimento das mulheres do campo e a importância do MMC no fortalecimento dessas mulheres como sujeitos sociais. Assim como sua importância na promoção da saúde e ruptura do Sofrimento das mulheres do campo.

### 3.2.1 A Luta do MMC para com a Libertação das Mulheres

SEM MEDO DE SER MULHER

*Ref:* Pra mudar a sociedade / do jeito que a gente quer / participando/ sem medo de ser mulher (bis).

Porque a luta não é só de companheiros /  
Participamos sem medo de ser mulher/ Pisando  
firme sem pedir nenhum segredo / Participando  
sem medo de ser mulher

Pois sem mulher a luta vai pela metade /  
Participamos sem medo de ser mulher  
Fortalecendo os movimentos populares /  
Participando sem medo de ser mulher.

Na aliança operária-camponesa/ Participando  
sem medo de ser mulher Pois a vitória vai ser  
nossa com certeza / Participando sem medo de  
ser MULHER.

(Autor: Zé Pinto)

Ao pesquisarmos sobre a construção do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), seu início e história, ora nas produções acadêmicas, ora no próprio material fornecido e desenvolvido pelo MMC para os encontros de formação e divulgação do movimento, mostra-se evidente a luta das mulheres participantes pela afirmação do status de Mulher na sociedade e transformação de um papel social historicamente construído de uma mulher frágil, do lar e de direitos desiguais. Representação essas que segundo Valdete Boni (2012, p.88), são “representações sociais geradas pelo capital simbólico”, e ainda que “colocam a mulher como o sexo frágil, necessitando assim de um protetor. Ela é vista como a reprodutora e como tal tem que ter atributos (ou os têm naturalmente) que garantam a eficácia desse papel como a delicadeza, a doação” (IDEM, 2012, p.88)

Partindo dessa perspectiva a música que dá início a esse subtítulo é uma entre as tantas que são cantadas pelo movimento e ilustra de forma efetiva a batalha das camponesas para construir e desenvolver pautas buscando a “libertação da mulher enquanto sujeito social na transformação da sociedade” (Cartilha: Conhecer, Prevenir, Lutar e Cuidar – A Saúde da Mulher, 2006, p.06). Esta batalha parte da “indignação das mulheres camponesas contra toda forma de opressão da cultura patriarcal e da dominação do modelo capitalista” (Cartilha: Uma História de Organização, Lutas e Conquistas, 2008, p.07)

Ao compreender essa luta das mulheres pela libertação e transformação da sociedade, acredita-se ser necessário o diálogo entre as discussões teóricas acadêmicas e o material desenvolvido pelo próprio MMC – cartilhas de formação, os livros de canções distribuídos nos encontros e assembleias, site do movimento, entre outros. É preciso compreender as pautas de luta desde os primeiros passos

ainda como Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) no início da década de 1980 (CASAGRANDE, 1991, P.36), até a atualidade e como essas pautas se relacionam com a saúde dessas mulheres e ruptura de uma estrutura social violenta que as faz sofrer, causando o mal-estar social (PUSSETTI; BRAZZABENI, 2011, p.470) ou como diz a música, o medo de ser mulher.

Como nosso recorte amostral do Movimento de Mulheres Camponesas para com o trabalho de campo se dá na cidade de Quilombo, no oeste do estado de Santa Catarina, construímos nesse subtítulo quadro representativo (Quadro 2), que aponta as lutas das mulheres nesses anos de movimento e os acontecimentos marcantes a história do MMC. Descreve também lutas com características locais das camponesas e atividades que aconteceram em cidades da região Oeste Catarinense, mas que são capazes de ilustrar ações que aconteciam em todo o país em organizações diferentes de mulheres rurais, que posteriormente se constituíram como MMC, se tornando um movimento nacional.

**Quadro 2: Pautas e reivindicações do ao longo de sua história**

Pautas e Reivindicações	Acontecimento e ou Organização envolvida
Na década de 1960 ocorreu no Oeste catarinense a tomada de consciência sobre os impactos da revolução verde e o fortalecimento da oposição sindical, a fim da construção de sindicatos autênticos para a defesa dos direitos de agricultores/as.	Na década de 1960 houve o envolvimento da igreja católica e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da diocese de Chapecó. Havia a participação das mulheres, porém não reconhecida, na qual as mesmas não tinham o poder de decisão.
Principal motivação era a participação das mulheres na luta de oposição sindical. Mas já eram discutidos pontos sobre questões referentes ao cotidiano como endividamento, preço baixo de produtos, êxodo rural, discriminação e exploração no trabalho.	Grupo de Mulheres ainda sem nome consolidado, que se reuniu no dia 01 de maio de 1983. Na cidade de Nova Itaberaba, Santa Catarina. Primeiro alicerce para a organização autônoma de mulheres rurais.
Consolidação da Organização de Mulheres Camponesas.	O encontro aconteceu em 08 de março 1984 e envolveu o que era denominada naquele momento de: Organização de Mulheres Camponesas.
Reivindicação do direito de sindicalização, à	O encontro aconteceu em 08 de

<p>aposentadoria integral, a uma documentação que constasse a profissão de agricultora, à participação política e a igualdade com os homens.</p>	<p>março 1985, e envolveu a Organização de Mulheres Camponesas.</p>
<p>O debate se dava em torno de temas como: relações de gênero, metodologia de trabalho popular, afetividade e sexualidade, fé e política (releitura bíblica para entender a atuação dos pobres e das mulheres, na bíblia diante da opressão. Além da articulação com outras organizações assumindo a luta por preços justos dos produtos, seguro agrícola, saúde, reforma agrária, direitos dos povos indígenas, resistência contra as barragens e outros.</p>	<p>Organização de Mulheres Camponesas no ano de 1985.</p>
<p>Consolidação do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA), como movimento autônomo de classe popular e de base. A luta central foi o reconhecimento da profissão de agricultora, o direito de ser associada e disputar direções de sindicatos e direito a aposentadoria.</p>	<p>Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA/SC no ano de 1986.</p>
<p>Luta por direitos e aprofundamento de questões específicas como: saúde, sexualidade, reconhecimento da profissão, reprodução, gênero e suas causas de violência contra as mulheres.</p>	<p>Nos dias 25 a 28 de novembro de 1986, aconteceu o 'Primeiro Encontro Nacional de mulheres Trabalhadoras Rurais', na cidade de Barueri/SP, contando com a presença de 16 estados e diversas organizações de mulheres do Brasil.</p>
<p>As lutas se caracterizavam pela conquista de direitos: documentação pessoal e profissional, reconhecimento da condição de seguradas especiais, implementação da previdência, aposentadoria para as mulheres ao 55 anos, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte, salário-maternidade e direito de titulação de terra em nome da mulher.</p>	<p>Movimento de mulheres agricultoras, durante a década de 1990.</p>
<p>Com a conquista do salário-maternidade e o reconhecimento da mulher como trabalhadora rural, as pautas também foram se transformando, passou-se a discutir dentro do movimento sobre a função social da maternidade, seguridade social, assistência e saúde pública.</p>	<p>O MMA/SC, comemora os 10 anos da organização em 1994 com o: "I Congresso do MMA/SC". E esse foi fundamental para aprofundamento das temáticas relacionadas a gênero, classe, reforma agrária, saúde da mulher e sua participação na política.</p>

Reivindicação contra a violência no campo a classe trabalhadora e reforma agrária.	Acontece em 1997, uma romaria pautada em atos contra a violência e um massacre que aconteceu em El Dourado dos Carajás contra acampados.
Luta pela emancipação e educação das mulheres e reflexão das consequências do uso de veneno, insumos, doenças e liberação das sementes transgênicas.	II Congresso do MMA/SC, com o lema: " <i>Nenhuma Mulher Agricultora sem estudar</i> ", no ano de 1998.
Enfrentamento da agricultura capitalista e busca de ações concretas para o avanço da agricultura agroecológica, como o programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças.	8ª Assembleia Estadual do MMA/SC em 2001.
Discussão para a construção de um Movimento autônomo Nacional.	Diversas organizações pelo Brasil, inclusive no III Congresso do MMA/SC em 2003.
As discussões se pautaram na agricultura agroecológica e contra a violência, a guerra e o poder imperialista.	Aconteceu em 8 de março de 2003, um seminário na cidade de Curitiba/SC organizado pelo MMA/SC com o lema: " <i>Filhas da Terra produzindo sementes crioulas, alimentando sonhos de libertação</i> ".
Unificação das lutas feministas a partir da necessidade de constituição de um movimento autônomo, popular e classista. A pauta central de luta foi a " <i>libertação das mulheres de qualquer tipo de opressão e discriminação</i> " através da resistência popular " <i>onde as mulheres sejam protagonistas da própria história, baseada na construção de uma sociedade com novas relações sociais entre seres humanos e destes com a natureza</i> ".	Após vários estudos com dirigentes de 19 estados, de 5 a 8 de março de 2003, através do congresso de consolidação nacional o: "Movimento de Mulheres Camponesas".
Após a consolidação do Movimento de Mulheres Camponesas, mulheres do Brasil inteiro que participavam do movimento pautaram suas lutas em valores como responsabilidade individual e coletiva de continuar a luta, na construção de novas relações entre as pessoas e a natureza, solidariedade ética e companheirismo, valorização da mulher, no amor, na luta e espírito de sacrifício, decisões coletivas,	Movimento de Mulheres Camponesas em diversos estados do Brasil uniram-se a partir de pautas gerais que unificaram as lutas de mulheres de todo o país entre 2005 a 2006.

<p>capacidade de indignação em situações de injustiça e construção de ações concretas baseadas nessas reivindicações.</p>	
<p>Reafirmação dos objetivos do MMC:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Lutas pela libertação das mulheres valorizando, promovendo sua autoestima, e articulando seu projeto de vida com projeto de sociedade.</li> <li>2. Assumir a construção de um projeto popular de agricultura camponesa dentro do princípio da agroecologia, para enfrentar a dependência econômica e aumentar o autossustento e renda.</li> <li>3. Lutar pela garantia de direitos sociais e por políticas públicas para a classe trabalhadora.</li> <li>4. Resignificar a cultura camponesa, promover a igualdade de gênero, etnia e geração, bem como valorizar as diferentes expressões de cultura popular e local.</li> <li>5. Avançar na participação política da mulher na sociedade e preparar militantes para contribuir na transformação social.</li> <li>6. Combater a sistema capitalista, imperialista e a cultura patriarcal construindo novas relações de igualdade.</li> </ol>	<p>Nos dias 22 a 22 de outubro de 2007, aconteceu em Quilombo/SC a 10ª Assembleia Estadual e o I Congresso Nacional do MMC.</p>
<p>Envolvimento das famílias das mulheres camponesas em um projeto popular de agricultura, luta pela saúde integral e emancipação das mulheres.</p>	<p>Aconteceu em 2008, a comemoração dos 25 anos da organização, lutas e conquistas do MMA/SC.</p>
<p>Após 2008, o projeto da agricultura agroecologia se desenvolveu e efetivou cada vez mais dentro do Movimento. Mas outra pauta de luta surgiu em meio a esse percurso a percepção e concretização do Movimento de Mulheres Camponesas como um movimento feminista, com base no tema: <i>“identidade camponesa e feminista”</i>.</p>	<p>Na 11ª Assembleia Estadual do MMC/SC em 2010, que as mulheres assumem oficialmente que o movimento tem um caráter feminista.</p>
<p>Reafirmação da importância do movimento com caráter popular, autônomo, feminista, camponês e socialista. Assumindo a missão de emancipação das mulheres camponesas e classe trabalhadora, de qualquer tipo de</p>	<p>Nos dias 18 a 21 de fevereiro de 2013, em Brasília/DF, ocorreu o I Encontro Nacional das Mulheres Camponesas.</p>

opressão e discriminação; e o projeto de agricultura agroecológica, uma das bandeiras do movimento até a atualidade.	
Outra pauta que entrou em curso atualmente foi a refutação da “reforma da previdência”, entendida pelo movimento como uma retirada de direitos e violência contra a classe trabalhadora.	Em 2015 e 2016, iniciam-se as discussões dentro do MMC, sobre as consequências da reforma da previdência defendida pelo Governo de Michel Temer na época.
Novamente em 2017, ocorre a reafirmação do MMC, como um Movimento popular, autônomo, feminista e camponês.	Ocorreu em 2017, o II Seminário Internacional: Feminismo Camponês e Popular.
Em comemoração aos 35 anos de movimento, a pauta defendida foi: <i>“Autonomia das mulheres camponesas: em defesa da vida, contra todas as formas de violência”</i>	Entre os dias 24 e 25 de novembro de 2018, em comemoração aos 35 anos de história do movimento que hoje é conhecido como MMC.

Fonte: elaborada pela autora, com base em cartilhas disponibilizadas pelo movimento, que podem ser acessadas através de seu site: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/download>>.

O Quadro 2 é capaz de apontar, diante dos dados retirados de cartilhas e materiais disponibilizados pelo site do próprio MMC, um panorama de como se construiu e no que se fundamentou ao longo dos anos a luta do movimento. Além de pontuar a historicidade das mulheres que lutaram para a conquista e a manutenção de seus direitos como sujeitos sociais. As bandeiras de luta ou pautas levantadas, são capazes de ilustrar uma estrutura social que as incomodava e causava inquietação. Segundo Maria Ignez Paulilo (2016):

A história de luta do MMA/SC, cercada pela existência das mulheres agricultoras organizadas, vai desde a conquista de sair de casa e pensar sobre seu destino, desde reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, passando pela formação, capacitação das dirigentes, das mulheres sobre seus direitos, pelas lutas pelo direito à saúde pública e de qualidade, até o acesso aos direitos previdenciários (aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-acidente de trabalho, auxílio invalidez, pensão por morte e salário-maternidade) e a luta por um novo projeto de agricultura agroecológica que recupere sementes crioulas e a sabedoria popular, buscando a preservação da biodiversidade (PAULILO, 2016, p.280)

As palavras de Maria Ignez Paulilo (2016), sobre O MMA/SC, movimento que antecedeu o MMC, nos permitem refletir sobre lutas como a que possibilitou às mulheres camponesas saírem de casa pra discutir política e exercer seu direito de cidadãs. Essa a primeira conquista das mulheres do Movimento, pois como aponta Valdete Boni (2017, p.89), ao saírem de casa para as reuniões e formação, as mulheres contrariavam o machismo muito presente no meio rural, buscavam a

aceitação de seus companheiros para participar do movimento ou iam contra as imposições por eles feitas. Também precisavam ignorar os comentários maldosos da família, da vizinhança e principalmente das outras mulheres que não participavam do movimento.

As pautas ao longo dos anos que também defenderam e defendem os direitos trabalhistas das mulheres, e seu reconhecimento como trabalhadoras rurais podem ser consideradas na perspectiva de Gionava Salvaro e Mara de Souza Lago, Cristina Wolff (2013, p. 81), como disputa de reconhecimento cultural e distribuição socioeconômica, dialogando com a esfera das diferenças – envolve questões de gênero e etnia. Pois ainda segundo as autoras (Idem, 2013, p.82), a busca de igualdade dessas mulheres estava perpetuada na afirmação da diferença construída através da identidade de mulheres agricultoras. Mulheres essas que tinham uma formação política diante de uma conjuntura que as oprimia e fazia sofrer e buscavam a conquista de direitos voltadas ao seu cotidiano.

Outro ponto importante nas pautas de luta, foi a efetivação do MMC como um movimento camponês feminista apenas a partir de 2010. Como podemos observar na história da MMC, logo no início na qual sua principal luta era o reconhecimento da mulher como trabalhadora rural, a bandeira levantada necessariamente não era pautada, como afirma Maria Ignez Paulilo (2016, p. 266), “na busca por mudanças nas relações de gênero entre marido e mulher”. Principalmente como aponta Alie Van Der Schaaf (2003, p.414), porque no início do movimento, que ora foi estimulado pela igreja a partir da teologia da libertação, que tinha por objetivo a articulação do povo e não de uma luta feminista. O que fez com que a igreja à medida que as mulheres assumiram pautas que envolviam as questões de gênero fosse se afastando do movimento. É apenas com o passar dos anos do MMC, que em 21 a 23 de agosto de 2010, no município de Xaxim/SC ocorre a aproximação entre o movimento e o feminismo em um encontro intitulado: “Mulheres Camponesas e o Feminismo (PAULILO, 2016, p.281). A percepção hoje de um movimento feminista, popular e camponês é defendida pelo MMC, a partir das seguintes percepções

O feminismo camponês e popular no MMC se expressa em suas diferentes ações e lutas, sendo uma delas o enfrentamento da violência contra as mulheres. Compreendendo o feminismo como uma luta pela igualdade na diversidade entre homens e mulheres, a partir da liberdade e autonomia das mulheres por isso, construímos a luta pelo fim da violência contra as mulheres em suas diferentes expressões e formas (Cartilha: Feminismo, camponês e popular, 2018, p.18).

Desta forma, desde antes de 2010, mas em especial no encontro que acontece em Xaxim na data antes mencionada até os dias atuais, o MMC tem se construído e firmado com um movimento feminista, camponês e popular. Aproximando suas lutas cada vez mais as questões de gênero refutando as raízes da cultura patriarcal e o projeto de agricultura agroecológica. O que nos leva a compreender o movimento, por mais que não seja um termo aceito pelas militantes como ‘*ecofeminista*’ (PAULILO, 2016, p.280-28). Em termos gerais Valdete Boni (2012, p.73), nos esclarece que “ecofeminismo é uma teoria que faz interconexão entre ambientalismo e feminismo, a fim de associa a dominação da natureza com a dominação das mulheres”, um exemplo, a ser pode ser percebido nesse trecho de um texto interno do MMC intitulado: “*Resistência e Enfrentamento*”, escrito pelas Justina Cima e Sirlei Gasparetto, divulgado na Cartilha Jovens Camponesas: Gênero, produção de autossustento e renda (2006):

Quando a mulher camponesa toma em suas mãos, sua própria vida e sua própria realidade, permitindo seu olhar feminista perceber o equilíbrio da natureza depende claramente da forma com que tratamos a terra, a água, o ar, o fogo, (elementos constitutivos da natureza) e a partir dessa concepção, busca produzir alimento que vai para a mesa de todas e todos, a camponesa não está apenas produzindo seu auto sustento e renda, mas sim está produzindo conhecimento que liberta. Neste processo a mulher constrói de forma individual e coletiva a própria libertação, enquanto mulher e enquanto trabalhadora. Desta forma a libertação da mulher só será possível na luta pela transformação e vice-versa. (CARTILHA JOVENS CAMPONESAS: GÊNERO, AUTOSSUSTENTO E RENDA, 2006, p.43).

O MMC ao longo dos seus 36 anos de história foi capaz de não automaticamente mas em uma construção contínua e dinâmica ultrapassar mecanismos que opressão e exploração que causavam o Sofrimento Social (RENAULT, 2008), principalmente através da formação de bases das mulheres que participavam do movimento, através dos princípios de igualdade de direitos, feministas, camponeses e agroecológico. Princípios que proporcionam autonomia, liberdade, qualidade de vida e saúde para essas mulheres.

### **3.2.2 A Libertação das mulheres como ferramenta de saúde e mecanismo contra o Sofrimento**

As discussões sobre a saúde na área das ciências sociais têm ganho espaço no século XXI, mas não é de hoje que percebe-se a relação do meio sociocultural

com a saúde da população. Em um rápido levantamento bibliográfico é possível encontrar contribuições de alguns pesquisadores como Marcel Mauss, que discute já no início dos anos 1950 sobre a relação entre a fisiológica, as práticas culturais e o contexto social; ou Levi-Starus que utiliza da morte no contexto de mundo e as representações coletivas, para em 1963 discutir o papel terapêutico e da cura nos sistemas de símbolos (MARSIGLIA, 2013, p.32). Quando procuramos sobre as origens das ciências sociais em saúde é quase que unânime a constatação que essa área de estudo emerge um pouco antes disso, com o fim da Segunda Guerra mundial (NUNES, p.65, 2006).

Esse desenvolvimento pode ser entendido através de três pontos principais ligados ao evento mencionado, pois após 1945 ocorreram: a) mudanças nas estruturas econômicas e políticas mundial; b) alargamento populacional e produtivo; e c) crescimento do sistema universitário. Nesse cenário, principalmente em relação a expansão das universidades houve grandes investimentos nas pesquisas sócio médicas, no qual a área da saúde se configura como tema sociológico. Com a passagem dos anos, as ciências sociais em saúde conquistaram espaço e se fortaleceram como uma rede de instituições e pesquisadores. Reconhecida inicialmente nos Estados Unidos e países europeus, e anos depois na América Latina (NUNES, 2006, p.65-66).

Com a expansão das Ciências Sociais em saúde, várias temáticas concretizam-se concentradas nas áreas de sociologia e antropologia (CANESQUI, 2010, p. 1956). Entre os autores mais utilizados para fomentar as discussões estão na área da sociologia: Becker, Goffman e Scheff – conhecidos como teóricos do rótulo, no qual apontam que a sociedade tende a classificar os indivíduos em categorias, conferindo uma colocação de acordo com seus atributos. Na perspectiva destes autores, os indivíduos com atributos socialmente aceitos são percebidos como normais, e aqueles que se desviam dessa configuração são percebidos como desviantes (COELHO; FILHO, 2002, p.316). Na antropologia os teóricos: Kleinman, Good, Young e Bibeau e Corin - são significativamente utilizados na discussão do conceito de saúde, no qual através de suas abordagens destacam a necessidade de considerar o contexto político, socioeconômico e histórico dos processos de saúde e doença (Idem, 2002, p.321).

Para além desses teóricos já citados, conceitos de autores clássicos da sociologia também são utilizados por autores contemporâneos nas discussões do

conceito de saúde, como por exemplo: o materialismo dialético de Marx, no qual o autor aponta que a formação do ser humano se dá através das suas relações sociais, interferindo na maneira como o indivíduo se comporta e age (MARX, 1979); o conceito de normalidade de Durkheim – o sociólogo considera existe a possibilidade de caracterizar os fenômenos sociológicos em dois tipos básicos: fenômenos normais (presentes em quase todos os indivíduos, ou na maioria) e fenômenos excepcionais (atinge uma minoria de indivíduos, e pode durar a vida toda), e essa classificação se dá em decorrência a sua frequência na sociedade (DURKHEIM, 1968); e por fim o conceito de status e papel social de Weber – os indivíduos ocupam status sociais (diferentes funções que os indivíduos podem ocupar na sociedade em que vivem) e têm papéis sociais (direitos e deveres impostos pela sociedade diante de cada status social ocupado) (WEBER, 2011), imersos a uma sociedade estratificada.

Os conceitos dos autores clássicos e contemporâneos, efetivam as discussões que relacionam o conceito de saúde pautado ao funcionamento ou estrutura da sociedade e como os indivíduos são introduzidos ao meio em que vivem, possibilitando a perspectiva do processo de saúde doença como dual, no qual a doença estabelece relações individuais e coletivas – constituídas de normas sociais (GRISOTTI, 2004, p.234). Nesta perspectiva pode-se pontuar que, atualmente olhar para a saúde ou adoecimento apenas de uma perspectiva biológica é negar todos os avanços da ciência ao pensar a vida em sociedade, é negar que o sujeito se constrói através sua interação e inserção na cultura e nas relações sociais que estabelece (VIANNA; BARROS, 2002, p.86). Entende-se assim, que olhar a saúde e doença também de uma perspectiva sociocultural traz à tona, várias peculiaridades que tendem a ser ignoradas quando atribuímos o que é estar saudável ou doente apenas a aspectos biológicos e fisiológicos. Desta forma, as ciências sociais se fortalecem na área da saúde, e nos proporciona olhar “quadros” específicos como é o caso do Sofrimento.

Diante disso, através das ciências sociais, cria-se a possibilidade de compreender as estruturas sociais que ocasionam a produção de saúde e doença e assinalar dentro da sociedade, ferramentas que estão além dos serviços de saúde e também são espaços de ruptura e promoção à saúde<sup>5</sup>. Como é o caso do presente

---

<sup>5</sup> A promoção da saúde, como vem sendo entendida nos últimos 20-25 anos, representa uma estratégia promissora para enfrentar os múltiplos problemas de saúde que afetam as populações humanas e seus entornos neste final de século. Partindo de uma concepção ampla do processo saúde-doença e de seus determinantes, propõe a articulação de saberes técnicos e populares, e a

estudo, que compreende o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), como ferramenta de formação política, ruptura da estrutura patriarcal e capitalista e espaço de promoção da saúde. Este último sustentado através do entendimento apontado por Buss (2000), que a promoção à saúde percebe a saúde como:

produto de um amplo espectro de fatores relacionados com a qualidade de vida, incluindo um padrão adequado de alimentação e nutrição, e de habitação e saneamento; boas condições de trabalho; oportunidades de educação ao longo de toda a vida; ambiente físico limpo; apoio social para famílias e indivíduos; estilo de vida responsável; e um espectro adequado de cuidados de saúde (BUSS, 2000, p.166)

A partir dessa compreensão sobre a saúde, Buss (2000, p.166), ainda aponta que a promoção da saúde estaria voltada a ações coletivas do indivíduo e seu ambiente, e abrange num sentido amplo os meios sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais através de políticas públicas e condições que favorecem o desenvolvimento da saúde. As ações descritas nos subtítulos anteriores podem ser consideradas fatores de promoção à saúde, pois o MMC em todo seu processo de construção traz em suas pautas lutas que buscam a transformação na vida das mulheres e sua qualidade de vida, como é possível perceber através das colocações de Vanderléia Pulga (2018):

As práticas cotidianas das mulheres camponesas vinculadas o Movimento de mulheres camponesas desenvolvem um conjunto de ações de promoção, proteção e cuidado à saúde das mulheres e suas famílias. Trazendo no cotidiano dessas práticas os princípios da educação popular em saúde com o diálogo, a amorosidade, a problematização, a construção compartilhada do conhecimento, a emancipação, o compromisso com a construção de um projeto democrático e popular (PULGA, 2018, p.29)

A autora nos leva a refletir sobre como essas mulheres participantes do MMC, tem utilizado de seus métodos de formação para que, através da educação popular, o espaço do movimento também seja um espaço de promoção a saúde das mulheres rurais, que como temos visto é um grupo social na maioria das vezes marginalizado e invisibilizado (SILIPRANDI, 2011). Essa preocupação relacionada à saúde, qualidade de vida e autonomia das mulheres são percebidas, inclusive, no material disponibilizado nos momentos de discussão do MMC, que tem como principal ferramenta de promoção à saúde os hortos medicinais e a soberania alimentar. Mas entende também, na luta por saúde integral, que:

O MMC entende que saúde integral é muito mais que fazer horto medicinal é também entender como funciona a sociedade, é estudar os princípios da agroecologia, é lutar para transformar a sociedade. Enfim toda a mulher ou grupo de base que se compromete em organizar o horto medicinal precisa

mobilização de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados, para seu enfrentamento e resolução. BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & saúde coletiva**, v. 5, p. 165, 2000.

também se dedicar para o estudo e luta pela construção do projeto popular de agricultura camponesa. Precisa também se organizar para transformar ideias, costumes e enfrentar as imposições do agronegócio e da sociedade neoliberal que destrói a biodiversidade, contamina o ambiente, padroniza a alimentação provocando doenças (CARTILHA MULHERES CAMPONESAS NA LUTA POR SAÚDE INTEGRAL, 2007, p.07).

Como vemos na cartilha, as lutas e pautas levantadas e defendidas pelo MMC, dizem respeito a ações coletivas, seja nos hortos medicinais, nas suas produções agroecológicas ou na busca por libertação das mulheres. Beneficiando a comunidade como um todo, com a pretensão de uma vida digna e saudável dos sujeitos. As mobilizações políticas realizadas pelas camponesas a partir do seu papel social são desta forma consideradas práticas de cuidado, que estabelecem melhorias nos aspectos sociais e conseqüentemente nos determinantes de saúde (TEIXEIRA, et al., 2014).

Esse modo de cuidar, segundo Vanderléia Daron (2009, p.393), mesmo que pensando para o todo, vêm de encontro principalmente com as doenças que acometem as mulheres rurais, relacionadas diretamente como a sua dinâmica de vida pautada no trabalho pesado e na opressão do cotidiano de campo. O MMA, agora MMC, desde o início foi um espaço de discussão, inclusive relacionadas à saúde, pautadas nas necessidades e dificuldade das mesmas em um mundo construído na perspectiva que os homens sempre estiveram acima delas (BONI, 2017, p.106). O que ressalta que “os territórios vivos são muito mais amplos do que os serviços de saúde e, por isso, apontam a necessidade de pensar a saúde a partir da dinâmica complexa da vida (DARON, 2009, p.393).

Nesse cenário é possível também compreender o MMC, como um mecanismo contra o Sofrimento, que busca em suas lutas a promoção da saúde, e em consequência disso, tem se afirmado como elemento de ruptura social, em uma sociedade que sofre diante a uma estrutura social que atua de forma violenta ocasionando o Sofrimento em zonas de fragilidades e precariedades sociais (WERLANG; MENDES, 2013). O MMC, é capaz de atuar através de suas pautas e processo de formação, no interior dos grupos sociais, que segundo Bourdieu (2008, p.12) buscam criar perfis de estilo separando classes, etnias e gerações diferentes. Eficaz principalmente na desconstrução do perfil de uma mulher frágil e do lar produzido historicamente pelo capital simbólico (BONI, 2012, p.88).

Deste modo, o processo de formação das mulheres camponesas do MMC se constrói através de forma articulada e organizada que ocasionam experiências de

formação à saúde, firmadas na resistência popular no campo e busca pela transformação social. Processo esse que produz a conscientização das mulheres e a busca por sua libertação (DARON, 2009, p. 390). Além de estimular o companheirismo e a luta das mulheres pelas mulheres, que ao compreenderem o contexto em que estão inseridas, tornam-se sujeitos de transformação, capazes de oferecer conforto emocional e mecanismo de preservação do estado de bem-estar social (VICTORA, 2011, p.05), das mulheres camponesas.

#### 4. TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo deste estudo vêm de encontro com o levantamento bibliográfico dos conceitos abordados e dados coletados nos materiais disponibilizados pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). A fim de ilustrar através das percepções das mulheres participantes do MMC, suas compreensões sobre o Sofrimento. Assim como, captar o significado atribuído pelas mesmas sobre o papel do MMC, na ruptura do Sofrimento Social e transformação na vida das mulheres. Para o trabalho de campo utilizou-se de uma metodologia qualitativa (MINAYO, 2009), que teve como base de coleta de dados: a) observação participante em um evento do movimento em Chapecó/SC no mês de abril de 2019, com duração de dois dias; b) e entrevistas semiestruturadas com 7 mulheres participantes do MMC, do município de Quilombo/SC no mês de maio de 2019.

O perfil das mulheres entrevistadas foi diversificado, admitindo a percepção das mulheres e de seus diferentes perfis como um universo rico de informações e vivências. A tabela a seguir ilustra algumas das características das mulheres entrevistadas, o nome das mulheres participantes será substituído, em meio ao entendimento da preservação de suas imagens, assim como para evitar possíveis constrangimentos. Todas as mulheres participantes assinaram o termo de consentimento (anexo II) de gravação de áudio e divulgação de suas respostas.

**Quadro 3: Características das entrevistadas no trabalho de campo**

Identificação	Idade	Estado Civil	Nº de filhos	Domicílio	Tempo de participação no MMC
Entrevista 01	63 anos	Solteira	0	Sempre morou na zona rural	mais de 30 anos
Entrevista 02	57 anos	Divorciada	2	Sempre morou na zona rural	mais de 30 anos
Entrevista 03	57 anos	Casada	0	Sempre morou na zona rural	mais de 30 anos
Entrevista 04	15 anos	Solteira	0	Sempre morou na zona rural	4 anos
Entrevista 05	48 anos	Casada	1	Sempre morou na	mais de 10 anos

				zona rural	
Entrevista 06	56 anos	Casada	3	Sempre morou na zona rural	mais de 30 anos
Entrevista 07	77 anos	Casada	1	Morou até a adolescência no interior e depois veio para a cidade.	mais de 20 anos

Fonte: elaborado pela autora.

Como podemos perceber, as idades das entrevistadas variam entre 15 a 77 anos, assim como também há diversidade em seus estados civis, quantidade de filhos, domicílio e tempo de participação no MMC. A busca por um grupo de mulheres com características diferentes é capaz de englobar múltiplos pontos de vista e fornecer ao pesquisador um aparato de dados com informações abundantes. Além da reflexão, diante de qual seria o grupo ideal de mulheres para a entrevista, o território dessas mulheres também é importante. Desta forma em conversa com minha orientadora e ao pesquisar a historicidade do MMC no Oeste Catarinense, o município de Quilombo/SC surge como opção viável, que poderia vir a oferecer variáveis significativas no processo de coleta de dado e história de vida dessas mulheres.

O município de Quilombo/SC segundo, informações de seu site foi “colonizado” em 1940, por imigrantes de europeus, mas sua data de criação é de 1961 (PREFEITURA MUNICIPAL DE QUILOMBO/SC, 2017), e segundo, dados de população estimada conta com quase 10.100 habitantes, divididos entre aproximadamente 49% de mulheres e 51% de homens. Ao levar em conta as zonas urbanas e rurais do município, 56% residem em zonas urbanas e 44% residem em zonas rurais (IBGE, 2010). O grande número de moradores das zonas rurais torna-se significativo quando escolhemos realizar as entrevistas com mulheres participantes do MMC, que em grande parte são trabalhadoras e moradoras da zona rural.

Por conseguinte, através do trabalho de campo realizado no município com as mulheres do MMC, temos por intuito construir um diálogo entre a bibliografia encontrada até o momento e os dados coletado nas entrevistas, objetivando ilustrar como o Movimento de Mulheres Camponesas tem se firmado como ferramenta de formação política, essa fundamental para que as mulheres percebam seu lugar no

mundo e se opunham a uma estrutura opressora e patriarcal que as faz sofrer. Queremos perceber também como as ações desenvolvidas dentro do MMC que vão além dos hortos medicinais e a da produção agroecológica, mas que trazem consigo um viés sociopolítico e formador, são capazes de se firmarem como alternativas de promoção à saúde.

#### 4.1 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

A metodologia utilizada para a coleta de dados afirma-se como qualitativa, apoiando-se através de um estudo descritivo e exploratório baseado em análise de referencial bibliográfico e trabalho de campo destinado à coleta de dados. A escolha por essa abordagem parte do entendimento de que a pesquisa qualitativa é capaz de responder indagações intrínsecas principalmente no campo das ciências sociais, pois entende-se que a partir dela é possível obter respostas impossíveis de ser quantificadas. O universo da pesquisa qualitativa permeia entre os significados, valores, crenças e atitudes. Um composto pertencente às práticas sociais que sobreleva o ser humano não apenas a agir, mas a pensar e interpretar seus atos, assim como partilhá-los com seus semelhantes (MINAYO, 2009, p.21).

O trabalho de campo foi constituído de procedimentos como entrevistas – que permite a construção de um questionário com perguntas abertas e fechadas, no qual, o entrevistado tem a oportunidade de introduzir o tema sem se limitar a uma questão planejada (MINAYO, 2009, p.67), e observação participante – que constitui-se na participação efetiva do pesquisador com a comunidade ou grupo como observador de uma situação social (MINAYO, 2009, p. 70). Esse processo de coletas de dados no trabalho de campo teve por intuito investigar o Sofrimento Social (RENAULT, 2008), nas mulheres rurais e quais as ferramentas utilizadas para efetivar seu lugar no mundo, assim como romper com estrutura que as faz sofrer, a fim de construir um diálogo com as ações de promoção à saúde, e contestar a percepção que tudo pode ser medicalizado. Pois compreende-se que um Sofrimento enraizado nas estruturas sociais, só “tratado” quando a transformação social acontece. A amostra utilizada na coleta de dados foram às mulheres agricultoras que participam do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) do município de Quilombo, no estado de Santa Catarina (SC), Os dados foram coletados no período de abril e maio de 2019.

A análise e interpretação dos dados coletados tem como foco principal

explorar um conglomerado de representações sociais referentes ao tema investigado (MINAYO, 2009, p.79). A análise consiste em ir além do que está exposto, realizando uma divisão dos dados a fim de buscar relação entre as partes estratificadas. Já a interpretação tem por intuito descobrir sentidos entre as falas e ações para construir algo que ultrapasse o que foi escrito ou falado (MINAYO, 2009, p.80). Contudo, como método utilizado para o tratamento dos dados será a interpretação de sentidos (hermenêutica e dialética), que baseia-se nas interpretações do contexto, das razões e das lógicas de falas. Para que os dados possam ser interpretados é preciso: procurar a lógica interior dos relatos e observações; localizar a comunicação os contextos dos atores sociais; e elaborar relatos nos quais os atores se reconheçam diante dos fatos.

#### **4.1.1 O significado de Sofrimento para as entrevistadas e suas percepções**

Como discutimos logo no início desse trabalho, o Sofrimento pode ser considerado um fenômeno complexo (RENAULT, 2008), seja pelas suas variadas vertentes de discussões, seja por estar presente na essência das sociedades, acompanhando o homem desde a sua mais remota existência (VICTORA, 2011). O Sofrimento carrega significados, conta a história de um indivíduo que é também sujeito social. No entanto, o Sofrimento tem cada vez mais se transformado em objeto, através da medicalização da vida e de terapias com bases químicas, que ignoram a construção social e apenas tratam os sintomas (FERREIRA, 2014).

Partindo dessa percepção de objetificação do Sofrimento, a perspectiva do Sofrimento Social ou do adoecimento social busca ressignificar o sofrer e compreender o que tem ocasionado o presente fenômeno e como este relaciona-se com a vida em sociedade. Pois sabe-se que historicamente para ser socialmente aceito é preciso apresentar um estado de normalidade, esse relacionado aos objetos sociais, que asseguram a manutenção do status social do indivíduo que vive em sociedade. Qualquer pessoa que não se encaixa nos parâmetros socialmente impostos tende a ser projetado a um processo de exclusão. (WERLANG; MENDES, 2013), que vem a acarretar o Sofrimento, entendido aqui como Sofrimento Social, no qual o social adoece antes dos indivíduos, no qual, não é apenas o corpo que adoece, mas a ordem social e as fendas abertas pelo capital, sobre os corpos sociais (BOUYER, 2015).

Ao compreender isso, a primeira parte do trabalho de campo buscou

identificar qual é o significado atribuído ao Sofrimento pelas mulheres entrevistadas e como essa significação é capaz de ilustrar uma ordem ou estrutura social sofre e tem feito sofrer. As primeiras falas para refletir sobre isso é da entrevistada 02 e da entrevistada 04, definindo o Sofrimento como:

O Sofrimento, o maior Sofrimento é a repressão, a repressão do marido. Não poder ter liberdade de sair, ou de conversar e expor suas ideias, às vezes de organizar propriedade. “Oh! Eu gostaria que fosse assim, assim vai dar melhor”. A dificuldade de organizar o financeiro que geralmente eles que comanda, a dificuldade de sair de casa que tem roupa de lavar, porque tem um menino para cuidar e é uma falta de distribuição de tarefas, na verdade. Se você vai definir dividir as tarefas que tem para fazer se torna leve um pouco de cada um, carregar um fardo inteiro. Agora, se sobra só um para carregar fica tudo mais difícil. Então, o Sofrimento em si, ele é gerado pela falta de distribuição de tarefas nesse âmbito e outra coisa que leva o Sofrimento mesmo, é tu querer fazer as coisas e for barrada em todas as instâncias, seja na comunidade, seja na sociedade, né? Que você quer adquirir mais conhecimento e não tem apoio ou financeiro, ou vagas, ou não te dão a liberdade para poder andar, porque você tem filha para cuidar, você tem a propriedade para cuidar, mas se a gente dividir tarefas é mais fácil participar (Entrevistada 02).

Tem o Sofrimento das mulheres, que eu vejo que ela sofre por causa do homem que não aceita que ela vai nos lugares, ou não aceita que ela faça o serviço. Ou seja, homem machista, por causa do gênero delas mesmo (Entrevistada 04).

As duas entrevistadas, atribuem o Sofrimento a opressão, à falta de divisão de tarefas e à dificuldade de convivência das mulheres na vida na própria família e na comunidade. Aspectos que tem sido levantados pelas pesquisadoras Maria Ignez Paulilo (1987), Emma Siliprandi (2011), Valdete Boni (2017) e Vanderléia Pulga (2018), desde o início das discussões. O que reforça e efetiva as concepções das teóricas que vêm há anos pesquisando as mulheres rurais e esboçando suas preocupações a um grupo social que vive às margens da sociedade em meio a invisibilidade. Além da divisão de trabalho em si, outro ponto que aparece como significado para o Sofrimento é a jornada exaustiva de trabalho e a exploração ligada a classe social que são relatadas por outras entrevistadas:

O Sofrimento é o trabalho, às vezes muito, muito pesado que agora também a gente não tem mais muita força, também vai fazendo o que a gente pode. Mas assim, tudo o que a gente vê, veio assim, ao longo da história, né!? Ao longo da história das mulheres agricultoras, desde os pais, né, que tiveram uma vida sofrida [...] agora com o celular e com o Face agora você, as vezes, tu tá ali, né, meio com um pouco de tempo se fica olhando. E essa semana até eu andei olhando e vi uma família, uma mãe com três crianças, assim, dentro no tubo de esgoto, e o pai tava em cima no tubo. Dai assim, sei

lá Deus que tava imaginando, né!? Isso também é Sofrimento! E isso não depende só da luta da gente, depende também de quem tá lá em cima, né, governando. E não é só na cidade, na roça a gente tem essas coisas também, aqui não é só aquela vida calma e bonita que passa na TV, é sofrido, e puxado! (Entrevistada 01)

O Sofrimento acho que, as pessoas mais pobres sofrem, porque às vezes, porque também não tem tempo, oportunidade, né!? Olha, eu tive oportunidade porque morava, também, perto da comunidade. Eu me criei, tipo, dentro da igreja, no pavilhão da comunidade [...] mas tem pessoas que não, né, que vivem distantes das comunidades e isolado, que não teve oportunidade de estudar, fazer uma faculdade, e também por causa do sistema capitalista que tem, né!? Da desigualdade! (Entrevistada 03).

Esses significados atribuídos ao Sofrimento, reflete o que é pontuado por Magda Dimenstein, et al. (2017), ao pesquisar sobre as condições de vida e saúde em contextos rurais. A autora aponta assim como nas zonas urbanas, mas de uma forma muita mais invisibilizada, que as zonas rurais apresentam grandes vulnerabilidades relacionadas a precária condição de reprodução rural, além de grande dificuldade de acesso a políticas e programas de saúde, educação, segurança e transporte, firmada constantemente pela falta de estradas, analfabetismo e precariedade nas condições de trabalho.

O que nos permite refletir sobre as colocações das entrevistadas referente a pobreza, a importância do Estado na interferência do Sofrimento, a falta de oportunidade aos estudos e a exploração do sistema capitalista. Os relatos efetivam mais uma vez, a percepção de que o Sofrimento está muito além da medicalização (AGUIAR, 2004), mas reflete as relações e grupos sociais (BOURDIEU, 2008), este produto das relações desiguais e organização social, de uma estrutura que oprime e explora (PUSSETTI; BRAZZABENI, 2011).

Outro ponto a ser refletido, está nas respostas para a seguinte pergunta: Quem sofre mais, os homens ou as mulheres? E porque? (ANEXO I). Todas as mulheres entrevistadas apontaram que as mulheres são as que mais sofrem. Ao justificar por que desse Sofrimento, suas respostas seguiram uma linha de raciocínio muito similar, vejamos algumas das respostas das entrevistas:

Eu acredito que sim, porque a mulher ela é capaz de perceber todas as coisas. Ela, se ela tá na cozinha, ela faz o almoço, ela percebe as crianças, o que estão fazendo, vai cuidar máquina que tá lavando roupa, ela vê tudo. E consegue fazer várias coisas de uma vez só. O homem não, é próprio da natureza, eu acho, né!? Ele tá fazendo aqui e não vê outra coisa que tá acontecendo, é muito difícil! É muito difícil! (Entrevistada 07)

Elas (mulheres) sofrem mais que os homens. É porquê elas sempre sofreram mais, inclusive por serem do sexo feminino. Ela já tem uma carga enorme que ela sofre, só nesse ponto: a menstruação, as mudanças no organismo, a gravidez, o dom de gerar a vida, da amamentação, que só ali seria uma tarefa completa como ser mãe. [...] E também a mulher é muito mais habilidosa, percebe tudo que gira em seu redor, percebe se o filho tá com fome, percebe se o marido e os filhos têm problemas. Ela consegue cuidar da casa, ver se o cachorrinho tá incomodando, ir encaminhando as coisas pra depois, o homem não. Eles parecem aqueles burrinhos, que tem aquelas vendas no lado do rosto, só enxerga para frente. Se alguém chamar do lado, ele tá olhando para frente e dificilmente ele vai ouvir, assim, infelizmente. [...] o homem ele até vê que as mulheres têm a sobrecarga de trabalho, mas se tu não pegar pela mão ou pedir ajuda, dificilmente eles tomam alguma iniciativa (entrevistada 02)

A mulher, com certeza, a maioria das mulheres no interior, nem todas, né, mas pelo que a gente convive e vê, assim, a maioria elas não ajudam. Como que eu digo, a fazer o cronograma da família, da plantação, se organizar junto, é o homem que decide. A mulher vai lá, é assim e pronto. Então, eu acho que tem uma divergência, ela não ajuda nessa parte, mas daí é ela quem planta os alimentos pra família, é ela quem tem que se preocupar em cuidar da casa, é ela que tem que cuidar dos filhos, mas quando é pra decidir sobre a propriedade, não deixam. Graças a Deus, eu por exemplo, se eu digo que quero plantar lá naquele pedaço um pedaço de arroz eles pegam e deixam esse pedacinho, ajudam a plantar, limpam, a gente faz juntos, mas na maioria das casas não é assim (Entrevistada 06)

As mulheres, tem vários motivos. A mulher, em primeiro lugar, ela tem os dias dela, né, tem a menstruação, e isso e os homens não tem isso. Às vezes, as mulheres têm cólica e dói demais, e os homens dizem que é só frescura mas porque eles nunca passaram. Outro motivo também é que as mulheres ficam normalmente dentro de casa, não fazem muita coisa fora e se fazem é limpar as verduras, as sementes e normalmente é trabalho de mulher. Aí se os homens enxergam elas fazendo alguma coisa, que tipo eles identificam como o trabalho de homem, falam – nossa que machão! E ele fica meio que tirando com a cara porque fez o trabalho dele. (Entrevistada 04)

As mulheres sofrem mais, os homens sofrem também porque eu percebo, né. Mas eles são mais fortes as mulheres, parece. Elas têm em casa, tem filho, elas tem lá fora, né, tem o marido. Eles tem a preocupação de não deixar faltar comida. Mas a mulher vê mais longe, ela se preocupa com a família e com os outros. Eu acho que a mulher sempre tem mais capacidade de ver as coisas, de fazer mais coisas (Entrevistada 05)

Nas cinco falas acima é possível notar o Sofrimento atrelado a sua condição de mulher – questões hormonais, que segundo Zanello e Costa (2012), pode responder alguns dados, principalmente relacionados ao Sofrimento mental, porém de forma alguma podem ser analisados separadamente da historicidade dessas

mulheres – questões sociais. Mas sobretudo a capacidade da mulher em dar conta de “várias coisas ao mesmo tempo” - sua capacidade em se desdobrar para atender a tudo o que está a acontecer em seu redor.

Também é possível perceber nos depoimentos acima, a concepção do papel e status social que, na visão Weber (2011), são perfis e regras impostas socialmente. O perfil de mulher ideal para a sociedade é a de mãe, que cuida das coisas da casa, que tem seus afazeres, e sempre preza pelo bem-estar da família e do ser humano. Um papel construído historicamente pelo capital simbólico (BONI, 2012), e na maioria das vezes naturalizado, em palavras como: é um dom, é a natureza da mulher. Construção essa, que esconde a sobrecarga de trabalho, a opressão e inclusive a violência doméstica, aspectos que se materializam no seu corpo em Sofrimento. (PULGA; MEZADRI, 2018).

Por conseguinte, os significados aqui reproduzidos nas respostas das entrevistas não se referem especificamente a um Sofrimento físico e mental, mas englobam a vivência do ser humano, e principalmente das mulheres. Os Sofrimentos produzidos e reproduzidos no cotidiano, que são claramente possíveis de ser compreendidos como Sofrimentos sociais (RENAULT, 2008), presentes de forma concreta, mas muitas vezes não tão clara nas relações sociais estabelecidas por todas as entrevistas. E que efetivamente ilustram a vida dessas mulheres no meio rural como veremos a seguir.

#### **4.1.2 a vida no campo descrita pelas mulheres do MMC, e o Sofrimento**

A pesquisadora Vanderléia Pulga (2018, p.28), nos aponta que o cotidiano da vida no campo é marcado pela sobrecarga de trabalho, exploração, opressão, discriminação e violência doméstica. Contexto que historicamente, como nos descreve Emma Siliprandi (2011, p.175-176), faz com que essas mulheres tragam consigo uma história invisibilizada, marginalizada e de Sofrimento. Sofrimento esse, que vai além do Sofrimento mental – geralmente relacionado ao Sofrimento das mulheres, e que segundo Renata Guarido (2007), tendem a quantificar e naturalizar o sofrer. O Sofrimento carregado pela mulher rural é um Sofrimento que está no cerne da estrutura social, constituindo-se de relações sociais, capazes de sufocar o indivíduo através do processo de dominação ideológica, política, social e econômica (RENAULT, 2008).

O que a bibliografia nos mostra também é relatado nas falas das

entrevistadas e é capaz de ilustrar perfeitamente como essa moradora do campo, agricultora familiar ou camponesa (que tem sido romantizada nas músicas e reportagens de televisão pela sua vida simples de tranquilidade e harmonia, que faz as pessoas dos centros urbanos quererem uma vida de fim de semana no campo) tem sobrevivido ao sistema capitalista, efetivado nas zonas rurais pelo agronegócio e patriarcado que os oprime e explora. A, Quando lhe foi perguntado sobre a vida no campo, a entrevistada 01 descreveu como:

Na verdade, assim é o jeito de viver. Assim, a convivência mudou mas a realidade ficou para pior quase, né!? Porque assim, a gente na agricultura não tem ajuda, incentivo muito pouco, né!? E a gente vê, assim, a dificuldade que você tem que dar um jeito de outras coisas para poder sobreviver, né!? Que só com o dinheiro da aposentadoria a gente não consegue assim dá conta, né, da casa e da vida da gente, né!? (Entrevistada 01).

O que é relatado pela entrevistada 01 aparece em outros depoimentos também, e não faz dessa entrevistada uma exceção ao descrever a vida do campo como uma vida com dificuldades relacionadas, principalmente, ao trabalho e relações sociais. A entrevistada 06 ao lembrar da vida no campo com seus pais aponta que:

Olha, para mim morar no interior, eu acho que é o melhor lugar do mundo. Melhor assim, porque eu sempre gostei, se fosse para mim morar na cidade eu não iria me acostumar. Porque eu não gosto de barulho, assim, muito carro, essas coisas aí. Mas, assim, também a minha vida foi muito sofrida na roça, porque nós, os meus pais eram bastante pobre, a gente tinha uma colônia de terra, mas até hoje tem sete, e tinha morro e o meu pai era meio bruto, meio mandão. E daí a gente era tudo no braço, né!? O trabalho forçado era plantar feijão no meio do milho, primeiro plantar o milho depois dobrava e plantava o feijão ou soja e tinha que puxar longe. Por isso, que hoje eu tenho bastante problema na coluna. E também, assim, eu comecei com 11 anos, eu fiz o Crisma e comecei dar catequese, dava cursinho, daí a gente trabalhava até o sábado de meio dia na roça, tomava banho almoçava e ia dar catequese. Ai quando tinha produto pra colher, nós chegava em casa se destrocava e ia pra roça, até de noite. Era bem puxado, bem sofrido (Entrevistada 06).

Como podemos perceber, mesmo a entrevistada 06 que diz que gostar de morar no interior, e não se adaptaria a morar na cidade, ao ser questionada sobre a vida no campo, em seu discurso traz o Sofrimento, pautado nas relações patriarcais pela forma com que seu pai os tratava e a dificuldade do trabalho QUEIROZ; DINIZ, 2014, p.103). Efetiva assim, novamente as particularidades de uma vida no campo construída no trabalho pesado, no pouco tempo de lazer e nas consequências desses contextos, ilustradas aqui pelo problema na coluna. Concretiza o que foi trazido anteriormente na revisão bibliográfica, em que o Sofrimento das mulheres do

campo não é apenas mental, é também um Sofrimento do corpo pela exaustiva jornada de trabalho em atividades diárias diante da exposição ao sol e ao uso de agrotóxicos, fomentado pelo agronegócio, acarretando em doenças físicas (PULGA, 2018 p. 24-25). Outro relato que chama a atenção é o da entrevistada 04, a mais jovem de todas, que assinala, quando foi perguntado sobre como é morar no interior que:

Você tem que ter um pouquinho mais de trabalho, aí é mais cansativo. Mas é o trabalho que traz o alimento na mesa então não tenho que reclamar [...], o meu dia a dia é, eu acordo, vou para escola, aí dependendo do dia, na terça e na quinta eu fico o dia inteiro na escola. Aí eu chego e vou tirar leite, quando eu fico em casa de tarde, depende assim, depende se o pai precisa mais ajuda do que a mãe, daí eu vou junto com o pai lá fora. Se a mãe precisa ajuda pra lavar roupa, alguma coisa, eu fico aqui dentro. [...], a mulher ela sempre fica com o serviço mais leve do que o homem. No meu caso, o pai, como ele tinha problema no joelho, e eu e a mãe que tocava a propriedade, aí a gente, bem-dizer, “virou homem” (Entrevistada 04)

Além de uma rotina de certo modo exaustiva, relatada pela adolescente, um ponto que aparece em sua fala e chama a atenção, é o que Maria Ignez Paulilo (1987), caracteriza por trabalho leve, realizado geralmente pelas crianças e mulheres. Trabalho esse, conceitualmente entendido como trabalho leve, não por ser um trabalho que não causa exaustão ou problemas de saúde, mas por ser realizado por esses dois grupos sociais. Trabalho esse que valoriza socialmente o homem enquanto chefe familiar, e cabe às crianças (nesse caso a jovem) e mulheres a remuneração e reconhecimento secundário, caracterizado pela prestação de ajuda e não de serviços. Isso fica evidente, no momento em que a entrevistada 04 diz ajudar em casa, e ao dizer que quando seu pai não podia realizar suas atividades diárias por problemas de saúde, ela e sua mãe tornaram-se “homem”.

No decorrer das entrevistas, também foi possível perceber que as mulheres, essas que historicamente desempenham o “trabalho leve”, estão imersas a uma rotina corrida e cheia de afazeres, dividindo suas atividades em trabalhos fora e dentro de casa. Mas que são entendidas, na maioria das vezes, como responsáveis pelo cuidado do lar e da família (SILIPRANDI, 2011, p.176), como podemos captar na fala da entrevistada 03:

No interior, tu tem as coisas que tu pode se plantar, né, mas a vida é sofrida, né!? Olha, eu sempre fui trabalhar na roça de fazer as coisas de trabalhar, né, mas sempre trabalhamos de arrendatário, depois que me aposentei compreí esse lugar, se não sempre trabalhamos de arrendatário [...] pra

mulher o dia a dia é puxado, é bem mais que o homem. Agora é mais leve, por causa, né, que tô cuidando da nona, da sogra né!? Mas antes tinha o trabalho da casa e o da roça [...] pra mulher do interior é bem mais sofrido acho na roça, né!? Olha, eu tô com problema do nariz, tenho um câncer de pele, né, que eu tenho, já foi queimado e voltou, eu não posso pegar muito calor, né!? Mas como eu lido o nosso fogão a lenha, mesmo assim com protetor, ou de três dias para cá você vê como é que tá, e isso é de trabalhar, não só isso do fogão, mas todos esses anos debaixo do sol. Lá era cortar soja, lá era plantar milho (Entrevistada 03).

A entrevistada 03 três relata que trabalha tanto fora, quanto dentro de casa. Mas na ocasião sua sogra adoeceu, foi ela quem ficou responsável em cuidar da mãe de seu marido, desempenhando assim, o que Boni (2017, p.92), afirma ao dizer que às mulheres são atribuídos papéis geralmente relacionados aos cuidados da família (seja a alimentação, os afazeres domésticos, educação dos filhos ou cuidar de pessoas doentes). Em todas as falas das mulheres, elas desempenham esses papéis. Ao pedirmos para descreverem seu dia a dia, as mesmas relataram que acordam, fazem o café, limpam a casa, cuidam da horta, tratam os pequenos animais e ajudam seus maridos. A ajuda aos maridos, reforça a percepção de Maria Ignez Paulilo (1987), ao problematizar o peso de trabalho, no qual a trabalho da mulher em coisas externas da casa, não é percebido como trabalho, mas sim como ajuda. Essas atividades, pautadas na “divisão desses trabalhos”, reforçam a manutenção diária de uma construção histórica em que a figura de mulher ideal é capaz de proporcionar o bem-estar da família e ser responsável por sua preservação (COSTA; LOPES; SOARES, 2014, p. 219).

Através dos seus depoimentos, percebemos o Sofrimento e opressão no cotidiano da mulher rural. Em suas falas, fica claro, papéis sociais construídos historicamente e que mesmo sem perceber são reproduzidos em seu dia a dia. Isso torna necessário e importante a busca pela libertação das mulheres e sua autonomia tanto discutidas no Movimento de Mulheres Camponesas de forma contínua, onde essas mulheres são instigadas a pensar sobre seu papel no mundo, diante de sua condição como mulher, relacionada às opressões e desfavorecimentos relativos ao seu gênero e nas relações sociais estabelecidas diariamente. (LASSAK, 2012, p.91).

#### **4.1.3 A participação no MMC e a busca pela libertação das mulheres**

Como discutido até o presente momento, não resta dúvidas que o contexto das mulheres do campo é marcado pela invisibilidade e marginalização, aliados a opressão, exploração e violência (DIMENSTEIN et al., 2017). Aspectos estes, que

refletem uma estrutura social de constante produção e reprodução de Sofrimento Social (BOUYER, 2015). Desta forma, compreende-se a necessidade de buscar ferramentas como o Movimento de Mulheres Camponesas, que oportunizem a ruptura dessas construções socialmente impostas e que sirvam como espaços de diálogo, discussão e formação contínua no cotidiano das mulheres rurais.

O MMC, como já mencionado anteriormente, se firma hoje como um movimento com mais de 30 anos de história na luta por direitos trabalhistas para as mulheres e justiça social que dialoga com a busca por igualdade de gênero, a libertação das mulheres e a sua participação ativa em um regime democrático (LASSAK, 2012). As ações desenvolvidas pelo movimento sempre aconteceram de forma contínua e fortaleceram as mulheres participantes, que começaram a questionar sua realidade, assim como a refletir sobre a sua importância na família, na comunidade e na política (BONI, 2017).

Compreendendo o papel do Movimento, as entrevistadas foram convidadas a falar sobre sua participação no MMC, seus principais desafios ao escolherem participar e como esse processo de formação experimentado por elas é percebido e atua na ruptura do Sofrimento Social. A seguir, a fim de contemplar as falas dessas mulheres dividiremos em três blocos de reflexões: a) início da participação do movimento; b) o que o MMC mudou na vida das mulheres; c) Como o MMC é capaz de atuar para a promoção da saúde e ruptura do Sofrimento Social.

### **a) Início da caminhada junto ao Movimento de Mulheres Camponesas**

Ao lembrar do Quadro 3, disposto no início deste capítulo, é possível notar que as mulheres participantes das entrevistas tem vários anos de participação no MMC, sejam as que estão desde o início do movimento, ainda como MMA, ou aquelas que no decorrer do movimento foram se introduzindo a esse meio. Esse percurso foi lembrado pelas entrevistadas que relataram o início da sua participação no movimento social. A seguir vejamos o que algumas das mulheres relataram:

Praticamente há 35 anos, no que começou, talvez um pouquinho depois, né!? Mas os 35 anos que a gente comemorou, e que foi participado de umas atividades, a gente lembra de todas as histórias, né, que a gente enfrentou. Eu fiquei sabendo do movimento porque teve umas mulheres que passavam na comunidade, na verdade assim surgiu o MMC, através de um grupo, né, de Nova Itaberaba. Daí as mulheres aqui, teve umas que foram convidando

as pessoas, formando o grupo, foram convidando as mulheres. Elas passavam nas casas, daí né, passavam nas casas para fazer o cadastro, que nem convidar, fazer levantamento das pessoas se tinha documento, e assim foi surgindo, né, essa luta. A gente viu, assim, que era uma coisa boa e que te ajudava despertar as mulheres, e a gente foi convidando mais e mais pessoas, foi convidando mais mulheres, foi convidando mais jovens e assim começamos o movimento aqui na cidade, e também na comunidade que eu moro (Entrevistada 01)

Exato, assim, eu não sei! Mas faz 33 anos que sou casada, e já participava antes ainda. Minha mãe ia, e eu ia agarrada no braço dela, então acho que desde o início mesmo. Primeiro eu ia porque minha mãe ia, e depois eu comecei a ver a necessidade de participar para aprender, porque eu vi que tinha muita coisa boa que o movimento tava ensinando. E que na verdade a minha mãe, como ela não tinha estudo, não tinha muitas das vezes como sair de casa, lá era o único lugar que ela ia participar. E eu vi que tinha muita, muita coisa boa para mim aprender (Entrevistada 06)

Eu participava ainda antes de casar. Eu casei com 27 anos, e quando eu casei, já sabia que tinha que botar no civil agricultora, e não do lar, porque depois não se aposenta, e isso eu aprendi no movimento. Então é mais de 30 anos de que participo, desde no começo. Talvez assim, quando de solteira, às vezes tu ia, às vezes tu não ia. Depois que casei, daí eu comecei a participar sempre, e sempre ajudando a organizar as atividades. Principalmente nos programas de rádio, eu ia, participava, ajudava a preparar os programas. E eu comecei a participar, porque se ouvia falar das mulheres sentar, se organizar pra aprender, estudar, ir pra luta, uma das primeiras que foi o salário-maternidade, eu tava lá, ajudando a fazer abaixo-assinado, a luta pela aposentadoria (Entrevistada 03)

Uns quatro anos por ai, comecei ir porque a mãe ia, e eu vi que era legal, porque eu ia junto, aí me convidaram pra fazer parte das jovens camponesas e eu comecei, com um pouco de medo, mas depois da primeira vez, agora eu digo: “mãe to indo”, e vou! Ela me diz, pode ir, só se cuida. E eu vou, é muito legal e importante (Entrevistada 04)

Olha, uns 25 anos, depois que eu me aposentei na escola, eu trabalhei na paróquia, e daí lá a gente tava sempre no movimento. E eu sempre fui de tá no meio do povo, então eu, como trabalhava na paróquia, trabalhava na catequese, a gente ia nos movimento também. E isso me realizava, ajudava no movimento sem terra e no de mulheres também. E eu via que era um lugar para aprender coisas, a fazer coisas (Entrevistada 07).

Em virtude de não ficar algo muito extenso, colocamos apenas algumas das falas, mas o discurso por todas as entrevistadas seguiu uma mesma concepção. Todas elas começaram a participar porque compreendiam o MMC como um espaço de aprendizado, de formação e que auxiliava na vida das mulheres no reconhecimento de seus direitos. Aspectos pontuados por Emma Siliprandi (2011), Maria Ignez Paulilo (2016) e Valdete Boni (2017), como objetivo do movimento desde o seu início. Mas mesmo o movimento apresentando-se como algo

significativo e importante, também nos foi relatado a dificuldade em que as mulheres tiveram em sair de casa nas primeiras vezes para participar, e como essas ações eram repercutidas de forma negativa pelos maridos, e principalmente por outras mulheres que não participavam do movimento, algo que anteriormente já havia sido apontado por Valdete Boni (2017), na literatura:

No começo foi bem duro, todo mundo, assim, se surpreendeu com as coisas novas, né!? Então, teve dois projetos sempre, até hoje, tem aqueles que querem ficar no tradicional e aqueles que querem a mudança, que querem fazer as coisas diferentes, né!? Então também sempre teve, em todas as comunidades, e aqui, é tipo dois projetos, né!? Um projeto que vem um pouquinho desse lado da vida e da pessoa, e o projeto que vê o lucro, o dinheiro. E por o movimento ir contra isso, as pessoas falavam mal, ainda mais que era um monte de mulher querendo a mudança (Entrevistada 07)

No começo foi difícil, a luta foi forte, mas teve até uma divisão na comunidade por causa disso. A comunidade foi dividida e um grupo de mulheres construíram outra sede delas. Lembro de um dia aqui que tivemos um conflito, porque tinha uma frase que dizia: mulher é a metade da igreja e mãe da outra metade. E daí elas não aceitavam essa frase. Elas, as outras, as oposições, elas achavam que a outra metade era as mulheres de rua. E daí naquele conflito, naquele encontro a gente foi colocando, né, cada uma colocava a sua versão. E eu dei a minha opinião, eu coloquei para elas, que eu não era a mãe, né, porque eu não tenho filho, mas eu sou filha de uma mãe e eu sou a outra metade. Eu sou a metade da igreja, né, da sociedade. E daí uma mulher me então respondeu assim, que, pelo menos, eu me declarei o que eu era e me declarei em público, já que eu não era casada, elas achavam que eu tava dizendo que era da rua. Antigamente foi muito terrível, foi muito forte o que as mulheres passaram, os nomes, né, que as mulheres ganhavam e o que eles pensavam, né!? (Entrevistada 01)

Era muito difícil, lembro quando eu comecei a organizar os ônibus para ir para fora, que a gente ia convidar as mulheres pra ir, pra sair de casa, os maridos não deixavam. Eles diziam que as mulheres que vão para rua são tudo igual, estão de movimento, esse de movimento era uma malícia que os homens usavam. E aí tivemos que ir mostrando que a gente tinha um objetivo, inclusive pra mulheres que não participavam e ficavam fazendo fofoca da gente pra família, pros vizinhos e pros nossos maridos (Entrevistada 02)

Apoio no primeiro momento assim, foi difícil, principalmente das outras mulheres que não participavam. Elas diziam vão enrolta abana a saia, ou em volta dar o rabo e tudo essas coisas, era uma malícia sabe! Foi só depois que a gente começou a colocar em prática o que tava aprendendo que as coisas foram mudando. Mas até hoje muita fofoca, coisa ruim que as próprias mulheres que não participam falam. Porque o homem tudo bem, sai no final de semana pra jogar bocha e baralho, mas a mulher não podia, tinha que cuidar da casa, lavar as roupas, fazer comida gostosa pro marido quando chegasse. Meu marido no começo ficava meio assim, agora ele diz vai que eu faço almoço e me viro (Entrevistada 06)

Os relatos trazidos pelas mulheres reforçam o percurso difícil do início do movimento (PAULILO, 1987) e ilustram perfeitamente a violência de gênero e opressão referentes ao sexo feminino (ZANELLO, COSTA, 2012), contexto enfrentado na época e que ainda se reproduz. O MMC, na vida dessas e de tantas

outras mulheres, trouxe vários benefícios e aprendizados, muitas relataram que foi uma forma que encontraram para sair de casa, para encontrar com outras mulheres e poderem conversar sobre assuntos “delicados” sem medo de serem julgadas. Todas elas apontaram que a maior mudança desde o início de sua participação, foi o entendimento de que elas poderiam sim expressar suas opiniões e que o medo de falar em público, tão temido naquela época, deveria ser superado para que elas fossem ouvidas.

Desta forma, essa mudança acontece pelas concepções defendidas pelo movimento, pautadas na democracia, na formação política e luta por direitos e igualdade de gênero (CASAGRANDE, 1991). A transformação na vida das mulheres, foi sempre na perspectiva de libertação das mulheres do campo, em busca de autonomia e respeito (Cartilha: Conhecer, Prevenir, Lutar e Cuidar – A Saúde da Mulher, 2006), como veremos no item a seguir.

#### **b) O que mudou na vida das entrevistadas depois de começarem a participar do movimento.**

A mudança na vida das entrevistadas após a participação no MMC também mostrou-se evidente e foi destacada por elas, como podemos notar em algumas das colocações:

No interior, agora com o Face é mais fácil, mas o MMC ajuda a gente. A gente fica, assim, informada do que tá acontecendo, né, na sociedade. O que tá, o que se passa no momento, né, que a gente tá enfrentando. Mas pra mim, o movimento foi importante pra falar assim no público, que nem você na comunidade, no encontro, assim, colocar a ideia, não tem mais aquele medo. Será que é verdade? Será que é mentira? Será que eu posso falar? Se libertou a mulher! Se libertou, né, dessa escravidão! Do medo de falar as coisas, do medo de pensar! Despertou muita coisa, assim, principalmente sobre a sociedade, me fez querer dialogar, conversar e colocar a opinião da gente (Entrevistada 01)

O movimento libertou as mulheres. Eu, por exemplo, aprendi a produzir e a fazer muitas coisas, a utilizar a terra de forma produtiva, não dependendo tanto do mercado. Aprendi a cultivar os hortos medicinais, aprendi a expressar minha opinião, aprendi a preparar as atividades pra ajudar a formar outras mulheres. E isso, quem não participa do movimento não tem! Muita coisa mudou, e pra melhor, até na convivência na minha família mesmo. Hoje meu marido me apoia, me incentiva pra participar, e isso é porque eu fui aprendendo a dizer as coisas, que eu queria ir, que eu ia participar, e assim as mulheres foram se libertando (Entrevistada 06)

Nossa! O movimento ajudou muito, na vida da roça e da gente, como pessoa mesmo. Ele trouxe uma libertação pras mulheres, ensinou a produzir, a lutar por direitos, a ter formação política, e ajudou muitas, inclusive eu, a colocar a nossa opinião. A entender que a gente também devia falar, não era só os maridos, a gente tinha que participar da comunidade e das decisões na propriedade (Entrevistada 02)

Eu aprendi muito, e mudei muito. Porque o movimento te faz dialogar, te faz ouvir as outras mulheres, ver que o que você passa, não passa sozinha, que elas também tem seus problemas. Ele acolhe a gente e ensina que não devemos aceitar tudo que falam pra gente fazer. Eu aprendi a perguntar as coisas, a dizer não, e isso foi uma mudança. Porque a gente aprendia de cedo, com os pais, que a mulher não podia discordar do homem, e ali eu vi, que se tava fazendo mal pra gente não podíamos ficar quietas. Além, claro, da libertação desse silêncio, de não poder falar, tivemos a autonomia, aprendemos a produzir melhor, a pensar na saúde nossa e da família, e também a gerar uma renda pra nós. A gente vende essas coisinhas e ganha um dinheiro, pra comprar as coisas que queremos, e que, às vezes, fica com vergonha de pedir pros maridos. (Entrevistada 05).

Os relatos dessas mulheres ilustram o objetivo do movimento – autonomia e libertação das mulheres (Cartilha: Feminismo, camponês e popular, 2018) e dialogam com os materiais de formação disponibilizados pelo MMC e citados anteriormente, assim como com o referencial teórico que foi apresentado ao decorrer do estudo.

Nas falas, essas duas principais questões de transformação: a libertação das mulheres – de buscarem falar e ser ouvidas, e a autonomia – pontuada na produção de alimentos e hortos medicinais que criaram uma independência financeira na família e do próprio mercado, são reafirmadas. Pontos importantes, capazes de mostrar que aos poucos o movimento vem dando passos significativos no cotidiano dessas mulheres, para transformação do contexto rural, e firma-se como um movimento social, que tem por intuito modificar, intervir ou mostrar descontentamento com o sistema vigente (TOURAINÉ, 1976). Também oportunizar, através das ações coletivas, a construção de uma identidade que possibilite atuar sobre a sociedade, e a si mesmos, através de práticas que contestem as estruturas socialmente impostas, e que geram desconforto e violência simbólica (MIRANDA, FUZIA, 2017).

Mas além de um cunho estritamente político, o Movimento de Mulheres Camponesas, têm se firmado como espaço de fomento a qualidade de vida, de empoderamento feminino e promoção à saúde. As ações cotidianas das mulheres

camponesas vinculadas ao MMC, são desenvolvidas direta, ou indiretamente como um conjunto de práticas de promoção, proteção e cuidado à saúde das mulheres e suas famílias, (PULGA, 2018). Além disso, estas práticas também estão relacionadas aos princípios da democracia, da formação e educação popular, assim como na luta por direitos (CASAGRANDE, 1991) (PAULILO (2016), e igualdade de gênero (BONI, 2017) (SALVARO; DE SOUZA LAGO; WOLFF, 2013).

**c) Como as entrevistadas percebem o MMC, diante da sua atuação para a ruptura do Sofrimento Social e promoção à saúde.**

O Movimento de Mulheres Camponesas, em uma primeira análise, tende a afirmar-se como um movimento social de cunho político, mas ao buscamos mais referências e analisamos as ações desse movimento, também é possível colocá-lo como um movimento social que efetiva, ações voltadas à promoção da saúde e qualidade de vida das mulheres participantes e seus familiares (PULGA, 2018). Isso pode ser compreendido através da concepção de que a saúde é produto de inúmeros fatores: moradia digna, saneamento básico, ambiente físico, apoio e reconhecimento social, formação das pessoas, boas condições de trabalho entre outros (BUSS, 2000), no qual a saúde estabelece relações individuais e principalmente coletivas (GRISOTTI, 2004).

Partindo disso, a promoção da saúde é capaz de construir ações coletivas do indivíduo e seu ambiente que abarque em um sentido amplo os meios sociopolíticos, econômicos e culturais através de políticas públicas e condições que favorecem o desenvolvimento da saúde (BUSS, 2000). Essas ações são efetivadas pelo MMC nos hortos medicinais e produção agroecológica, mas também no processo formativo das mulheres participantes – esse o ponto que nos interessa nesse momento. O processo de formação, além de promover a qualidade de vida, é mecanismo importantíssimo ao pensarmos no MMC como ferramenta de ruptura do Sofrimento Social que viemos discutindo até o momento. Vejamos a seguir o depoimento das mulheres entrevistadas sobre a relação do MMC na ruptura do Sofrimento e promoção à saúde.

Com certeza auxilia, sim, na saúde da gente. É um espaço de discussão, onde as mulheres podem se abrir com outras mulheres, dividir suas agonias, e pensar em outras mulheres que passam por situações parecidas. O movimento ajuda a gente a cuidar da saúde, a saber sobre as plantas, a se alimentar melhor. E é importante por demais, pra pensar na mulher, nas mulheres violentadas, que são agredidas, que são maltratadas pelos

maridos, e nos faz querer mudar essas situações. [...] pra mim, por exemplo, o tema que mais me chamou atenção é o da libertação das mulheres. A gente aprendeu que não tem que se sujeitar às coisas que as pessoas querem que a gente faça, que uma mulher não pode sofrer e ficar quieta, que o marido não pode ser xucro. E assim, né, tem mulher que passa por isso, né!? Eu não, mas tem mulher que passa! (Entrevistada 06)

Ah! A libertação das mulheres trabalhada pelo movimento é muito boa! Assim, as coordenadoras falam sobre saúde, né, sobre respeito, sobre não ter vergonha de falar sobre o corpo, né, sobre a menstruação. Coisas que a gente tinha vergonha, que desde nova, né, a mãe fala pra gente que não podia lavar o cabelo quando ta menstruada, né, que não podia comer algumas coisas, né, porque vinha mais. E ali a gente aprendeu que isso são crenças, né!? Que essas crenças, né, inferiorizam as mulheres, né!? E isso, né, reflete aos Sofrimentos das mulheres, né!? E quando a gente se liberta, aos pouco vai deixando de sofrer, né!? (Entrevistada 05).

Eu, desde que comecei a participar do movimento, né, minha saúde melhorou, né!? Aprendi a cuidar da gente, assim, pra que serve cada chá, né, como plantar, cultivar, troco muda com as outras mulheres, né!? [...] e mais que isso, quando assim, as companheiras falam sobre a saúde, né, elas dizem que isso também tem a ver com a libertação das mulheres, né. A mulher precisa se libertar, se conhecer, saber o que pode ou não pode. Saber que o marido não é o dono dela, mas seu companheiro, né!? Uma mulher que consegue viver em harmonia, principalmente com a família, não vai sofrer, não vai ter depressão, essas coisas. (Entrevistada 07)

O movimento ajuda muito as mulheres. Ali é um ambiente de diálogo, de conversa, de troca de experiências, né!? As companheiras que fazem as formações se preocupam com que a gente, assim, se sinta à vontade, acolhida. É o que elas falam, esse espaço é o de libertação das mulheres, é um espaço de troca, seja troca de sementes, ou experiências. E isso, pra mim, por exemplo, assim é saúde! É ter esse momento que o Sofrimento some, e você se sente bem, né!? (Entrevistada 01)

Novamente, à medida que analisamos o material coletado nas entrevistas, percebemos a relação com o que a teoria tem afirmado até o momento. Por compreender que trazer todos os relatos ficaria extenso, pontuamos algumas das falas. Mas essas são capazes de ilustrar como o MMC tem se construído como uma ferramenta de ruptura do Sofrimento Social dessas mulheres rurais que são marginalizadas e invisibilizadas, produzindo humilhação, vergonha e sua falta de reconhecimento (CARRETEIRO, 2003). E como um espaço da promoção a saúde, que visa o bem-estar social, a compreensão do cotidiano que as rodeia, e ações que venham na contramão dos contextos do meio rural, que efetivam em grande parte a violência doméstica e moral, a dificuldade ao acesso à educação e saúde, a limitação do convívio social (DIMENSTEIN ET AL., 2017). Espaço esse construído

principalmente a partir temas de interesses das mulheres: “como feminismo, violência contra as mulheres, sexualidade e afetividade, a utilização de métodos contraceptivos, discriminação das mulheres, entre outros” (BONI, 2012, p.41).

Desta forma, como já vimos anteriormente, e é reforçada nas entrevistas, o MMC desde o seu início, sempre se preocupou em envolver pautas relacionadas a saúde, seja na relação com as ervas medicinais, a alimentação saudável, ou na produção de autonomia das mulheres, que resultasse a luta por seus direitos como sujeitos sociais. (BONI, 2017). Efetivando a percepção que os territórios vivos e contextos sociais são muito mais amplos do que os serviços de saúde (DARON, 2009), e que a mulher ao ter acesso aos encontros formação proporcionado pelo MMC, é capaz de multiplicar as ações desenvolvidas para promover saúde e romper com uma estrutura que sofre (WERLANG, MENDES, 2013). Estrutura essa, que já mais será compreendida, enquanto for apenas medicalizada e quantificada, percebendo a saúde e o Sofrimento como objeto de estudo farmacêutico e bioquímico, diagnosticado por manuais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do presente estudo procuramos compreender o Sofrimento Social das mulheres rurais, assim como dar significado a atuação do MMC de modo que este se consolida como ferramenta de ruptura do Sofrimento Social. Para que chegássemos até aqui, o trabalho percorreu alguns caminhos escolhidos pela pesquisadora. Neste percurso, foi possível discutir temáticas das ciências sociais em contextos não tão comuns atualmente, como é o caso do Sofrimento.

A proposta de estudar o Sofrimento Social permitiu que compreendêssemos melhor a vida da sociedade contemporânea e as entranhas da vida do sujeito social. Olhar o Sofrimento da perspectiva social, possibilita evidenciar alguns aspectos que podem interferir direta ou indiretamente na melhoria dos serviços de saúde. O que tentamos aqui, não foi diminuir os métodos que tem sido utilizados, mas efetivar a necessidade de olhar para o sujeito em Sofrimento, como aquele que tem uma vida social, uma identidade, uma família e principalmente que só existe porque estabelece relações sociais.

Desta forma, ao compreendemos essas relações é possível questionar quais as ferramentas têm sido utilizadas para promover a saúde do sujeito que sofre. É preciso lembrar que o Sofrimento acompanha o ser humano desde sua mais remota existência, então não podemos esquecer, que sujeito que sofre, não é apenas aquele que procura, ou utiliza os serviços de saúde. Mas que todas as pessoas em algum momento de sua vida estão a sofrer. Faz-se necessário, pensar em estratégias de promoção a saúde, além do sujeito, também para sociedade. Isso quer dizer, que pensar no Sofrimento Social é pensar nas relações sociais, nas violências, na exploração, na opressão, na dominação – seja ela política, econômica ou sociocultural. É compreender principalmente que junto de si, o sujeito carrega uma historicidade, e essa é fundamental para que se estabeleça a relação entre o sujeito e o Sofrimento.

À medida que essa percepção se esclarece é possível entender o Sofrimento no contexto das mulheres rurais, mulheres que vivem a margem de uma sociedade envoltas a uma invisibilidade histórica. Que estão na maioria das vezes longe dos serviços de saúde, tem vínculos sociais limitados, relações de opressão e violência dentro de suas próprias casas, apresentam uma rotina de trabalho exaustiva física e mentalmente, e também como todas as mulheres carregam consigo o peso do machismo, da desigualdade de direitos e da falta de liberdade.

O Movimento de Mulheres Camponesas, mesmo ao não fazer parte dos serviços de saúde tem-se apresentado como uma ferramenta de ruptura desse Sofrimento. Pois além de trabalhar a saúde das mulheres nos hortos medicinais e na produção de alimentos saudáveis, proporciona a elas um espaço de discussão, de formação e autorreflexão sobre os seus contextos e as relações sociais estabelecidas, e porque essas tem sido a principal causa do Sofrimento. O MMC, tem buscado ao longo dos seus 35 anos a libertação das mulheres, sua autonomia e seu lugar no mundo. Junto disso, por mais que o Sofrimento nunca tenha sido uma temática abordada diretamente, tem construído alicerces para as mulheres e com as mulheres, a fim de enfrentar um estrutural social que faz sofrer.

Por conseguinte, ao compreendermos o Sofrimento Social e ponderarmos o Movimento de Mulheres Camponesa como uma ferramenta de ruptura desse Sofrimento, construímos um panorama de significados e relações sociais que ilustram não apenas o Sofrimento das mulheres rurais, mas de uma sociedade que sofre, e diariamente tenta reafirmar seu status social, cumprindo um papel social imposto pelo meio social em que vive. Em suma, o Sofrimento não é igual em todas as culturas, assim como se manifesta de forma diferentes, mas de todo modo, o que tem sido evidenciado é que o sujeito sofre, porque é um sujeito social.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Adriano Amaral. **A psiquiatria no divã: entre as ciências da vida a medicalização da existência**. Relume Dumará, 2004.

AYALA, Víctor Renes. Voluntariado social, incorporación social y solidariad: independencia, interdependencia y ambigüedades. **Documentación social**, n. 94, p. 141-156, 1994.

BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas: o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e as suas práticas**. 2012. 2012. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Sociologia Política)–Faculdade de Sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BONI, Valdete. Três décadas do Movimento de Mulheres Camponesa em Santa Catarina. In: **Mulheres Camponesas e Agroecologia**. Curitiba, CRV, p. 89-110, 2017.

**BOUYER, Gilbert Cardoso. Sofrimento social e do trabalho no contexto da área “saúde mental e trabalho”. Psicologia e Sociedade, 2015.**

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Vozes, v.7, 2008

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & saúde coletiva**, v. 5, p. 163-177, 2000.

**CANESQUI, Ana Maria. Temas e abordagens das ciências sociais e humanas em saúde na produção acadêmica de 1997 a 2007. Ciência & Saúde Coletiva, v. 15, p. 1955-1966, 2010.**

CARRETEIRO, Teresa Cristina. Sofrimentos sociais em debate. **Psicologia USP**, v. 14, n. 3, p. 57-72, 2003.

CARVALHO, João Eduardo Coin de. Violência e Sofrimento social: a resistência feminina na obra de Veena Das. **Saúde e sociedade**, v. 17, p. 9-18, 2008

**COELHO, M. T. A. D.; ALMEIDA FILHO, N. de. Conceitos de saúde em discursos contemporâneos de referência científica Health concepts in. História, Ciências, Saúde Manguinhos, v. 9, n. 2, p. 315-33, 2002.**

COSTA, Marta Cocco; LOPES, Marta Julia Marques; SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli. Representações sociais da violência contra mulheres rurais: desvelando sentidos em múltiplos olhares. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. 2, p. 213-221, 2014.

DARON, Vanderléia. A dimensão educativa da luta por saúde no Movimento de Mulheres Camponesas e os desafios político-pedagógicos para a educação popular em saúde. **Cadernos CEDES**, v. 29, n. 79, p. 387-99, 2009.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. Unesp, 2007.

DIMENSTEIN, Magda et al. Determinação social da saúde mental: contribuições à psicologia no cuidado territorial. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 69, n. 2, p. 72-87, 2017.

DITTRICH, Alexandre. Psicologia, direitos humanos e Sofrimento mental: ação, renovação e libertação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 18, n. 1, p. 46-55, 1998.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Nacional, São Paulo, 1968.

FERREIRA, Jonatas. Sofrimento e Silêncio: apontamentos sobre Sofrimento psíquico e consumo de psicofármacos. In: Fórum **Sociológico. Série II**. CESNOVA, 2014. p. 121-128.

GRISOTTI, Márcia. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM SAÚDE: SOMA DE PROPRIEDADES INDIVIDUAIS OU PROPRIEDADES EMERGENTES?. **Cadernos CERU**, v. 15, p. 233-247, 2004.

GOFFMAN, Erving. Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Mathias Lambert. Data da Digitalização: 2004. **Data Publicação Original**, 1891.

GUARIDO, Renata. A medicalização do Sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na Educação. **Educação e pesquisa**, v. 33, n. 1, p. 151-161, 2007.

IBGE. População. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/quilombo>>. Acesso em 02 abr 2019, 2010.

LASSAK, Sandra. Comunidades de resistência e libertação: a influência da Teologia (feminista) da Libertação no Movimento de Mulheres Camponesas. **Revista Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, v. 10, n. 2, p. 90-109, 2012.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. Temas emergentes em ciências sociais e saúde pública/coletiva: a produção do conhecimento na sua interface. **Saúde e Sociedade**, v. 22, p. 32-43, 2013.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1979.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Lua Nova**: revista de Cultura e política, n. 17, p. 49-66, 1989.

MIRANDA, Edna Lopes; FIÚZA, Ana Louise Carvalho. Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 1, p. 123-136, 2017.

MINAYO, Maria Cecília. O desafio da pesquisa social. In. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 2009. Cap. 1, p. 9-

27.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde Mental. Cadernos de Atenção Básica**, nº 34. Brasília – DF. 2013.

MMC. Cartilha: conhecer, prevenir, lutar e cuidar – a saúde da mulher, 2006.

MMC. Cartilha: Uma História de Organização, Lutas e Conquistas, 2008.

MMC. Cartilha: Feminismo, camponês e popular, 2018

MMC. Cartilha: Jovens Camponesas: gênero, autossustento e renda, 2006

MMC. Cartilha: Mulheres Camponesas: na luta por saúde integral, 2007.

NEVES, Achiles Lemos. Dos movimentos socioespaciais aos movimentos socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos movimentos pela perspectiva geográfica. In: Goiânia: **VI Congresso Brasileiro de Geógrafos** (Anais), 2004.

NUNES, Everardo Duarte. A trajetória das ciências sociais em saúde na América Latina: revisão da produção científica. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, p. 64-72, 2006.

PAULA, Karoline Vitorino da Silva de. A questão da saúde mental e atenção psicossocial: considerações acerca do debate em torno de conceitos e direitos. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 18, p. 836-840, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUILOMBO/SC. História do Município. Disponível em: <<https://www.quilombo.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/14431>> Acesso em 02 abr 2019.

PULGA, Vanderléia; MEZADRI, Adriana. Promoção de autonomia e saúde das mulheres camponesas a partir da prática agroecologia. In: **Mulheres camponesa: semeando agroecologia colhendo saúde e autonomia**. Porto Alegre, Rede Unida, p.13-18, 2018.

PULGA, Vanderléia. A produção de saúde e adoecimento das mulheres camponesas no Brasil. In: **Mulheres camponesa: semeando agroecologia colhendo saúde e autonomia**. Porto Alegre, Rede Unida, p.19-34, 2018.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. **Ciência hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PAULILO, Maria Ignez et al. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In: **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, p. 15-38, 2003.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis, UFSC, 2016.

PUSSETTI, Chiara; BRAZZABENI, Micol. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 15, n. 3), p. 467-478, 2011.

QUEIROZ, Fernanda Marques; DINIZ, Maria Ilidiana. Serviço Social, Lutas

Feministas e Violência contra a mulher. **Temporalis**, v. 14, n. 28, p. 95-112, 2014.

RENAULT, Emmanuel. **Souffrances sociales: Philosophie, psychologie et politique**. La Découverte, Paris, 2008

RESENDE, Marina Silveira; PONTES, Samira Paula; CALAZANS, Roberto. O DSM-V e suas implicações no processo de medicalização da existência. **Psicologia em Revista**, v. 21, n. 3, p. 534-546, 2015.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; DE SOUZA LAGO, Mara Coelho; WOLFF, Cristina Scheibe. "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1, 2013.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento iberoamericano**, n. 9, p. 169-183, 2011.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Mirna Barros et al. Avaliação das práticas de promoção da saúde: um olhar das equipes participantes do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica. **Saúde em Debate**, v. 38, p. 52-68, 2014.

TOURAINÉ, Alain. **Em defesa da sociologia**. Zahar, 1976

VAN DER SCHAAF, Alie. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, v. 5, n. 10, p. 412-442, 2003.

VIANNA, Paula Cambraia de Mendonça; BARROS, Sônia. O processo saúde-doença mental: a exclusão social. **REME rev. min. enferm**, v. 6, n. 1/2, p. 86-90, 2002.

VICTORA, Ceres. Sofrimento social e corporificação do mundo". **RECCIS-Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 2-13, 2011.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro, LTC, 2011.

WERLANG, Rosângela; MENDES, Jussara Maria Rosa. Sofrimento social. **Serviço social e sociedade**. São Paulo. N. 116 (out./dez. 2013), p. 743-768., 2013.

ZANELLO, Valeska; COSTA, René Marc. Saúde mental, gênero e violência estrutural. **Revista Bioética**, v. 20, n. 2, 2012.

**ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA****Identificação do entrevistado:****Data:****Características Pessoas e Rotina:**

- 1 – Idade:
- 2 – Cor da pele:
- 3 – Estado Civil: (se casada, viúva ou separada a quanto tempo?)
- 4 – Filhos, quantos?
- 5 – A quanto tempo mora na zona rural/ se morava na cidade e mudou-se, qual o motivo da mudança?
- 6 – Como descreve a vida no campo?
- 7 – Quais são suas atividades no dia – a – dia?
- 8 – Você acredita que há diferença na vida das mulheres que moram no campo e das mulheres que moram na cidade?

**Movimento das Mulheres Camponesas:**

- 9 – A quanto tempo participa do Movimento das Mulheres Camponesas?
- 10 – Como surgiu o interesse em participar do MMC?
- 11 – Qual a importância do MMC na sua vida?
- 12 – Alguma coisa mudou depois que começou a participar do MMC?
- 13 – Qual a sua relação com as outras mulheres que participam do MMC?
- 14 – O que você acha dos encontros de formação? Das músicas, das misticas e dos temas debatidos?

**Sufrimento:**

- 15 – O que é Sofrimento pra você?
- 16 – Todas as pessoas sofrem? Ou existem pessoas que sofrem mais?
- 17 – Porque as pessoas sofrem?
- 18 – Você conhece alguém em Sofrimento?
- 19 – Essa pessoa procurou ajuda? Qual ajuda?
- 20 – O que pode ajudar no Sofrimento das pessoas?

**Sufrimento e MMC:**

- 21 – O MMC já abordou o tema Sofrimento ou saúde?

22 – Esse tema é conversado entre as mulheres do movimento?

23 – Você acredita que o MMC é capaz de auxiliar no Sofrimento das pessoas? De que maneira?

24 – Você acredita que a convivência com as outras mulheres do movimento é boa para afastar o Sofrimento e proporciona momentos de alegria?

**Pergunta final:**

25 – Que sofre mais, os homens ou as mulheres, porque?

## **ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO / TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM, SOM E VOZ.**

Tema de pesquisa: Sofrimento Social e as Mulheres Rurais. Pesquisadora Responsável: Lauren Pieta Canan. Endereço da pesquisadora Responsável: Rua Esparta 130 E, Centro: Chapecó/SC. Local de realização da pesquisa: Quilombo – SC

#### **A – INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE**

Você é convidada a participar da pesquisa sobre: 'O Sofrimento social e as mulheres rurais'. As ciências sociais adentraram, ao longo dos anos, em diversas áreas do conhecimento, entre as a da saúde. Nesta, busca-se compreender como a vida em sociedade, a cultura e a historicidade interferem ou interagem com a saúde e o adoecimento. Desta forma, o presente trabalho trata de um estudo qualitativo exploratório e pretende, através de conceitos sociológicos, construir um diálogo entre Sofrimento mental e o Sofrimento social, com o objetivo de compreender como o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) aborda o Sofrimento em seus encontros. O MMC está há 35 anos envolto a lutas sociais e políticas, além de promover o cultivo e a utilização das plantas medicinais nos tratamentos de saúde. Sendo assim, através de pesquisas bibliográficas e trabalho de campo, há uma preocupação em compreender como as mulheres do Movimento enxergam o Sofrimento, e se há a compreensão dentro de suas construções políticas que o sujeito que sofre é um sujeito social e que seu cotidiano interfere diretamente na saúde e no Sofrimento. A escolha da amostra advém de altos índices de mulheres agricultoras em quadros de Sofrimento. Segundo pesquisas, esse panorama está relacionado à rotina das agricultoras em situações de vulnerabilidades – pobreza, difícil acesso a educação, sobrecarga de trabalho, e violência. Por conseguinte, entende-se a necessidade de investigar se as ações do Movimento oportunizam a percepção do Sofrimento, como também um Sofrimento social. Os dados fornecidos nas entrevistas serão utilizados apenas para as finalidades da pesquisa e estarão protegidos pelo sigilo. Apenas a pesquisadora terá acesso aos questionários e em eventual divulgação de resultados não serão mencionados seu nome ou outros dados que possam identificá-lo. Para participar da pesquisa é necessário que a mulher, participante do Movimento de Mulheres Camponesas do Município de quilombo. Com relação aos riscos da pesquisa, há possibilidade de existir em possíveis desconfortos psicológicos por tratar de descrever dados particulares sobre suas trajetórias e lutas enquanto mulheres rurais. Caso o desconforto persista, a participante poderá interromper a sua participação sem implicações a ela. Os benefícios as participantes da pesquisa associam-se às possibilidades de reflexão perante da dinâmica e organização social que estão imersas, evidenciando e contribuindo para o empoderamento das mulheres camponesas. Destaca-se, ainda, que, o estudo possui grande nível de relevância mediante as discussões de gênero na agricultura camponesa e o contexto rural, possibilitando reflexões e propostas para Políticas Públicas mais igualitárias e acesso aos direitos das mulheres agricultoras. Além adentram um campo de discussão que reflete sobre o Sofrimento e saúde. Ressaltamos novamente que você tem a liberdade de não participar e pode, ainda, caso concorde em participar, interromper sua participação em qualquer fase da pesquisa sem qualquer prejuízo. Você tem a liberdade de recusar ou retirar

o seu consentimento a qualquer momento sem penalização. Sempre que quiser, você poderá pedir mais informações sobre o estudo contatando Lauren Pieta Canan, pelo telefone: (49) 999991432 ou pelo endereço eletrônico: laurenpietacanan@gmail.com. Por favor, assinale uma das opções abaixo para receber ou para não receber os resultados da pesquisa, conforme seu interesse: ( ) Quero receber os resultados da pesquisa. Favor enviar para o e-mail: \_\_\_\_\_ ( ) Não quero receber os resultados da pesquisa.

**\*\*Embora sua participação no estudo não implique qualquer dispêndio financeiro ou material de sua parte, você será devidamente ressarcida de despesas comprovadamente feitas por si em função de sua participação no estudo, bem como indenizada por qualquer dano que, comprovadamente, tenha sofrido em função de sua participação, de acordo com o disposto na Resolução 466/2012 – CNS.**

### **ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que estão trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Universidade Federal da Fronteira Sul, Bloco da Biblioteca, Sala 310, 3º andar, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899, Chapecó, Santa Catarina, Brasil.

### **B) CONSENTIMENTO DA PARTICIPANTE**

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimentos e indenizações relacionados a este estudo. Concordo que minha participação seja gravada, autorizando o uso de imagem e som. Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar desta pesquisa. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Nome completo: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura pesquisadora: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome completo: \_\_\_\_\_

**\*\*OBS:** este documento deve conter duas vias iguais, sendo uma pertencente à pesquisadora e outra ao participante da pesquisa